

DOCUMENTÁRIO

MEMÓRIA HISTÓRICA DE CANANÉIA (III).

(Continuação).

PARTE HISTÓRICA.

CAPÍTULO III.

CANANÉIA HISTÓRICA.

ESCUDO MUNICIPAL DE CANANÉIA.

Escudo redondo, português antigo, encimado pela corôa mural das cidades e esbartelado.

No primeiro quartel, um padrão com a cruz de Cristo, reprodução do marco de Cananéia, pertencente ao Instituto Histórico Brasileiro, rememora os marcos de mármore que Martim Afonso de Souza, em 1531, pôs à barra de Cananéia, primeiro ponto do litoral paulista a que aportou; no segundo,

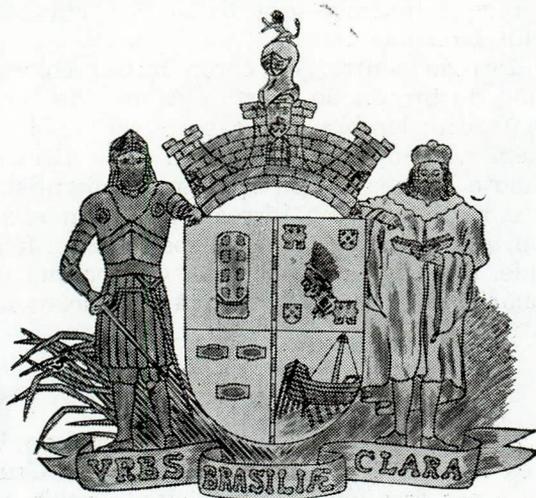


Fig. 1. — As armas de Cananéia.

os castelos, das armas de Castela, e os escudetes, das quinas de Portugal, acantonados e uma cabeça de índio, ao meio do quartel, relembram que nas primeiras décadas quinhentistas foi Cananéia local onde existiu importante núcleo hispano-português de naufragos, vivendo entre os índios; no terceiro, um casco, especado, de nau em construção, recorda a existência dos antigos e vultuosos estaleiros cananeenses, sobretudo do século XVIII; no quarto, três batéias, rememoram a assaz importante mineração aurífera da região, no século XVII, sobretudo.

O traço da convenção geográfica relativa aos meridianos, sobreposto aos traços do “partido” do escudo, evocam o tão citado e celebrado “meridiano de Cananéia”, das discussões dos antigos cosmógrafos, a propósito das demarcações dos domínios das corôas de Portugal e Espanha em virtude do tratado de Tordesilhas.

Como tenente do escudo figura, à dextra, um homem de armas português quinhentista, a lembrar Pero Lobo e a sua malograda expedição, exterminada no sertão de Iguassú; primeira bandeira de que falam os nossos Anais, partida de Cananéia em busca de minas de ouro, a mandado de Martim Afonso de Souza e por instigação do famoso e misterioso “Bacharel de Cananéia”. E’ êste rememorado na figura do tenente de sinistra, revestido da loba e dos arminhos dos letrados.

No listel enramado de canas e arroz, culturas antigas e recentes do município inscreve-se a divisa: Sou cidade ilustre do Brasil — **Urbis Brasiliae clara.**

Sôbre o torreão central da corôa mural coloca-se, como timbre, o elmo do braço de Martim Afonso de Souza com o seu leão de púrpura; lembra êste capacete o papel proeminente de Cananéia no conjunto da viagem, pelo Brasil, por São Paulo, do famoso navegador e povoador quinhentista.

Sôbre a porta do mesmo torreão vê-se um escudete com o cordeidinho e a bandeirola simbólicos de São João Batista, orago da cidade, e a trigramma I.H.S. da Companhia de Jesus a cujos missionários se deve a primitiva fundação da vila cananeense entre os índios.

INTRODUÇÃO HISTÓRICA.

Levada à Europa a notícia da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral, que o intitulara — Vera Cruz —, passou o mesmo a ser freqüentemente visitado pelos contratadores de pau brasil.

Não só castelhanos, como franceses, organizaram expedições para o tráfico de madeiras, praticando atos de hostilidade e pirataria.

Conhecida então, em Portugal, a notícia das explorações de Caboto e Diogo Garcia ao Rio da Prata, D. João III deliberou tomar posse dêste,

“colonizar a terra e fazer respeitar o seu pendão por aquêles mares”

e, para isso, aprestou

“humas armadas de cinco velas, — duas naus, um galeão e duas caravelas, — levando 400 homens, e nomeou Martim Affonso de Sousa, com grandes poderes para comandar no mar e depois em terra” (38).

Essa armada, como é sabido, partiu de Portugal no dia 3 de dezembro de 1530, aportando nas ilhas Canárias e do Cabo Verde.

Chegando a Pernambuco, na altura do Cabo Santo Agostinho, a 31 de janeiro aprisionou três naus francesas, entrando no pôrto com oito navios.

Dêsse ponto enviou João de Sousa a Portugal, em uma das naus aprezadas, a fim de dar parte do acontecido; fêz queimar a outra e mandou Diogo Leite com duas caravelas a explorar o rio Maranhão e tomar dêle inteira posse.

Continuando a viagem para o sul com as naus restantes, chegou à Baía de Todos os Santos e, encontrando a caravela **Santa-Maria-do-Cabo**, persuadido de que lhe era necessária, a tomou e levou na armada, que constava outra vez de cinco velas, inclusive a nau “Nossa Senhora das Candeias”, tomada aos franceses e então incorporada à frota.

Entrou no Rio de Janeiro, onde se demorou pelo espaço de três meses; aí construiu dois bergantins e, refazendo as provisões, fêz reparo nalguns dos navios da esquadra, desembarcou gente, construiu habitações, e a 1.º de agôsto prosseguiu viagem para o Rio da Prata.

Dizem vários cronistas que,

“rumando para o Sul, entrou a referida esquadra no pôrto de Angra dos Reis no dia 6 e no dia 20 avistou uma

(38). — Eram elas, a nau “Capitânea”, de 150 toneladas, sob o comando de Pero Lopes de Sousa; a nau “Sam Miguel”, de 125, sob o comando do capitão Heitor de Sousa; galeão “Sam Vicente”, comandado pelo capitão Pero Lobo Pinheiro, de 125 toneladas e as caravelas “Rosa” e “Princesa”, comandadas pelos capitães Diogo Leite e Baltasar Gonçalves, respectivamente.

ilha a que denominaram — São Sebastião, e passando depois pela ilha dos Alcatrazes, foi ancorar na ilha Bom Abrigo, em frente à barra de Cananéia, no dia 12 de agosto”.

Como se vê, grande confusão resulta do período acima transcrito.

Nem era admissível a hipótese da chegada em Cananéia no dia 12 de agosto, tendo passado a 20 de janeiro defronte da Ilha de São Sebastião!

Diz Milliet de Saint Adolphe, que Martim Afonso

“explorando a costa do Brasil, com o intuito de fundar uma colônia, surgiu a 20 de janeiro de 1532 no canal ou estuário, formado por uma península pegada com o continente, e uma ilha a que elle pôs o nome de São Sebastião, por isso que a Igreja solenizava neste dia a festa deste Santo”.

E’ uma inverdade, porque a expedição que se presume ter passado a 20 de janeiro defronte daquela ilha foi a de Américo Vespúcio, fato êste ocorrido no ano de 1502, e não a de Martim Afonso, que partiu da Europa muitos anos depois.

No mesmo êrro laboraram Southey, Pizarro, Fernandes Pinheiro, Aires do Casal e outros mais, que assinalaram a passagem da frota afonsina pela referida Ilha no dia 20 de janeiro, quando é fato histórico que, partindo a esquadra a 1.º de agosto do pôrto do Rio de Janeiro, rumo ao Rio da Prata, chegou a 12 do mesmo mês à ilha do Bom Abrigo, a que Pero Lopes diz chamar-se — **da Cananéia**, sem tocar em qualquer outro pôrto intermediário, nem mesmo no de São Vicente, onde sòmente aportou depois do seu regresso do Rio da Prata, para lançar os fundamentos daquela vila.

Basta ler-se a seguinte passagem do próprio **Diário**, para verificar-se o êrro tantas vêzes repetido pelos historiadores:

“Terça-feira 1.º dia d’agosto de 1531, partimos deste **Rio da Janeiro** com vento nordeste. Fazíamos o caminho aloeste a quarta do sudoeste.

“Quarta-feira se fez o vento sudoeste com muita força; tiramos as monetas, e trincamos no bordo de sulsueste até quinta feira pela manhã, que nos fez o vento sulsueste, e com elle viramos no bordo d’aloeste: e de noite no quarto da prima se me fez o vento nordeste; e com elle fazíamos o caminho à loessudoeste.

“Sexta-feira, 4 do dito mez me deu huma trovoadá do oeste-sudoeste, com tanta força de vento, que nos foi necessario arribar com hum bolso de traquete até...”

“Sabado, que so nos fez o vento sudoeste, e viramos no bordo da terra com os papafigos baxos, até de noite, no quarto da prima, que nos tornamos a fazer no bordo do mar.

“Domingo 6 do dito mez tornei no bordo da terra com totalas vélas; a cerragem era tamanha que, des que partimos do Rio de Janeiro, nunca podemos ver a terra nem o sol: quasi noite fomos tam perto de terra, que vimos arrebentar o mar, e nem na viamos.

“Segunda-feira pela menhãa se fez o vento nordeste: faziamos o caminho loessudoeste, com cerraçam mui grande.

“Terça-feira ao meo dia fizemos o caminho ao noroeste; porque pelo dito rumo nos faziamos com o Rio **Sam Vicente**.

“Quarta-feira 9 dias d’agosto no quarto d’alva faziamos o caminho ao noroeste e a quarta do norte; e ás 9 horas do dia surgimos bem pegados com terra em fundo de 8 braças d’area grossa. Estando surtos, mandou o Capitam I. hum bargantim á terra, e nelle hua lingua para ver se achavam gente, e para saber onde eramos; porque a cerraçam era tamanha, que estavamos a hum tiro d’abonbarda de terra enam na viamos.

“De noite veo o bargantim, e nos disse como nam pudera ver gente.

“Quinta-feira pela menhãa nos fizemos á vela. Com o vento nordeste fizemos o caminho de sulsudoeste, por nos afastar da terra: e ao meo dia fomos dar com hua ilha (39) — quando a vimos eramos tam perto della, que quasi demos com os grupezes nas pedras. Era a cerraçam tamanha que fazia pouca diferença da noite ao dia: surgimos da banda d’aloeste da ilha, em fundo de 25 braças d’area tesa: e mandei lançar o batel fóra para ir á ilha matar rabiforcados e alcatrazes, que eram tantos que cobriam na ilha. E fui á não capitaina; e levei o capitam I. á ilha; e matamos tantos rabiforcados e alcatrazes, que carregamos o batel delles. Indo nós para as náos, nos deu por riba da ilha um pé de vento tam quente, que nam parecia senam fogo; ventando nas bandeiras das náos, o vento noroeste, que era contraste deste: disto ficamos todos mui espentados, que daquelle vento fomos todos com febre.

“Como puz o capitam I. na sua não, tornei á ilha a por lhe fogo. No quarto da modorra nos deu hua trovoadá seca do esudoeste, com mui grande vento que nam havia homem que lhe tivesse o rosto: a não capitaina foi de todo perdida, que lhe quebrou o cabre: e ia dar

(39). — Ilha dos Alcatrazes.

sobe-la ilha, se o vento de supito nam saltára ao sul, que se fez á véla no rolo do mar. Como nos deu o vento, mandei logo largar outra anchora, que me teve até pela me-nhã com mui gram mar. A não capitania nam aparecia, e me fiz á véla; e fiz signal ao galeam Sam Vicente e á caravéla; e fomos todos surgir, da banda do norte da ilha, em fundo de 18 braças d'area limpa e determinamos de estar ali até passar o temporal. A' tarde se fez o vento sueste, e vimos mea legua ao norte de nós a não capitaina, que vinha no bordo do sudoeste; e nos fizemos á vela, e a fomos demandar.

“Sabado, 12 dias do mez de agosto, com o vento nordeste faziamos o caminho do essudoeste; e ao meo dia vimos terra: seriamos della um tiro d'abombarda: até ver se por nos afastar della viramos no bordo do mar, até ver se alimpava a nevoa, para tornarmos a conhecer a terra. Indo assim no bordo do mar mandou o capitam I. arribar, para fazermos nossa viagem para o **Rio Santa Maria**; e fazendo o caminho do sudoeste demos com huma ilha.

Quiz a nossa senhora e a bemaventurada Santa Crara, cujo dia era, que alimpou a nevoa, e reconhecemos ser a ilha da **Cananéa**, e fomos surgir antre ella e a terra, em fundo de sete braças”.

Como se vê, foi a ilha do Bom Abrigo, que outra não era, o primeiro ponto da Capitania de São Vicente, em que tocou a esquadra de Martim Afonso em sua derrota para o Rio Santa Maria (Rio da Prata), não havendo ancorado em nenhum outro ponto da costa paulista, antes de ali lançar ferros.

Nesse lugar permaneceu durante 44 dias, dizendo alguns escritores,

“haver o chefe da Armada, por essa ocasião, colocado no pontal do Itacurussá, na ilha do Cardoso, a S. E. da barra de Cananéia, dois marcos de pedra com as quinas de Portugal, os quais pelo Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, foram reconhecidos em fins do século XVIII, e por Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1841”.

Devemos destacar ainda do mesmo **Diário** o seguinte período:

“Quiz a Nossa Senhora e bemaventurada Santa Crara, cujo dia era (12 de Agosto), que alimpou a nevoa, e reconhecemos ser a ilha da Cananéa e fomos surgir entre ella e a terra, em fundo de sete braças...

“Destá ilha ao norte, duas leguas, se faz hum rio mui grande na terra firme. Na barra depreamar tem 3 braças e dentro 8 e 9 braças. Por este rio arriba mandou o ca-

pitão I. hum bargantim e a Pedro Annes Piloto, que era lingoa da terra, que fosse haver falla dos indios.

“Quinta-feira, 17 dias do mez de Agosto, veo Pedro Annes Piloto no bargantim e com elle véo Francisco de Chaves, e o bacharel e 5 ou 6 Castelhanos; este bacharel havia 30 annos que estava degradado nesta terra; e o Francisco de Chaves era mui grande lingoa desta terra.

“Pela informação que della deo ao capitão I., mandou a Pero Lobo com 80 homens que fosse descobrir pela terra dentro; porque o dito Francisco de Chaves se obrigava que em 10 mezes tornara ao dito porto com 400 escravos carregados de prata e ouro. Partirão desta ilha ao 1.º dia de Setembro de 1531 os 40 bésteiros e os 40 espingardeiros.

“Aqui nesta ilha estivemos quarenta e quatro dias: nesles nunca vimos o Sol; de dia e de noite nos chovêo sempre, com muitas trovoadas e relampados; nestes dias nos nam ventaram outros ventos, senão desd’o sodoeste até o Sul. Derão-nos tam grandes trementas destes ventos e tam rijos, como em outra nenhũa parte os vi ventar. Aqui perdemos muitas anchoras e nos quebrarão muitos cabres.

“Terça-feira, 26 do mez de setembro partimos desta ilha com o vento leste, fazendo caminho do Sul, etc.”.

*

E. G. Young, o esforçado historiador iguapense, interpretando a parte em que se lê — **por êste rio arriba**, — considerou tratar-se do Ribeira de Iguape, quando outra coisa não era senão que a própria barra de Cananéia, a qual, realmente se encontra a duas léguas de distância da ilha do Bom Abrigo, pouco mais ou menos, ou seja de sete milhas, precisamente.

Confundira-o, naturalmente, a frase — **por êste rio**... imaginando tratar-se do Ribeira, sem recordar-se de que não seria possível a entrada do bergantim pela barra do mesmo, que se acha muitas léguas ao norte.

Nem mesmo poder-se-ia admitir o regresso da referida embarcação num lapso de tempo tão exíguo, como o foi, de quatro dias apenas.

“Esse êrro não é para estranhar-se, pois naquela época, como disse Teodoro Sampaio, — “confundiam muitas vêzes o lugar, a barra ou foz de um grande rio, com a barra ou entrada de um gôlfo ou baía, denominando-as — **pará**”.

“Os portuguezes e seus navegadores do século XVI, assim também o faziam, como se verifica de velhos roteiros, chamando **rio de Janeiro**, **rio de São Vicente**, **rio dos**

Inocentes, rio de Cananéia, às barras das baías daqueles nomes” (40).

*

Do que acabamos de ler, claramente se evidencia o papel importante que, para a História de São Paulo, e quiçá do Brasil, representa a pequenina cidade do litoral sul-paudista, onde, ainda hoje, cada recanto relembra uma História, cada ruína encerra um poema.

Se, como disse Capistrano de Abreu, não é possível conhecer-se a História do Brasil sem que, primeiramente, se procure estudar a de São Paulo, que deve constituir sua primeira página, — assim também, para um perfeito conhecimento desta, torna-se imprescindível estudar-se a de Cananéia, cujo território assinalava o extremo sul do país, de acôrdo com a linha tordesilhana e os numerosos fatos históricos ali ocorridos nos tempos coloniais.

Como já dissemos, depois da descoberta ficou o Brasil abandonado durante longos anos pela Metrópole, que sòmente após as notícias levadas à Europa, sôbre as fabulosas riquezas aqui encontradas, foi que resolveu voltar as suas vistas para a Terra de Santa Cruz, organizando então a primeira expedição colonizadora, cujo comando foi confiado ao grande almirante Martim Afonso de Souza.

Antes disso, porém, outras já tinham percorrido a costa sul do país, sendo de notar-se que algumas delas também haviam tocado no pôrto de Cananéia, como as de Américo Vespúcio que; de acôrdo com a opinião de vários historiadores, ali aportara a 17 de fevereiro de 1502, de Gonçalo Coelho em 1503, e a de Juan de Solis e Vicente Ianez Pinzon que deixara em terra cinco ou seis castelhanos, dando ao lugar o nome de

— **Rio dos Inocentes.**

Ora, se é verdade que a nossa História teve início com a vinda da expedição afonsina, então não resta dúvida de que o seu primeiro capítulo deverá ocupar-se, antes de mais nada, do aportamento da frota de Martim Afonso à ilha do Bom Abrigo, aos 12 de agosto de 1531, abrangendo a existência do primeiro núcleo de povoadores encontrado em Cananéia por essa ocasião, e bem assim da partida da malograda incursão ou entrada dos oitenta homens, ao mando de Pero Lobo, — primeira bandeira paulista a internar-se pelos ínvios sertões do Brasil.

(40). — Teodoro Sampaio, *O tupí na Geografia do Brasil*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 6, pág. 554.

O que tais fatos representam para a nossa História a ninguém é lícito desconhecer, porque, como é sabido, sendo Cananéia de origem anti-vicentista, foi a primeira povoação civilizada erecta ao sul do Brasil, consoante a opinião dos nossos historiadores.

Como disse A. Vieira dos Santos, à chegada de Martim Afonso, já o povoado de Cananéia contaria com uma população mestiça de cêrca de duzentos indivíduos descendentes daqueles primeiros povoadores, — portuguezes e espanhóis, — que ali viviam há 30 anos.

Daí a importância de que se revestiu a incipiente colônia nas relações entre portuguezes e naturais do país, facilitando de maneira apreciável os conhecimentos sôbre aquela região e auxílios dispensados aos componentes daquela expedição, fato êste que, por si só, é bastante para merecer a atenção dos nossos escritores.

* * *

CAPÍTULO IV.

O BACHAREL DE CANANÉIA.

Uma das controvérsias mais interessantes relativas à História de Cananéia, é, sem dúvida alguma, a que diz respeito ao bacharel ali encontrado por Martim Afonso de Souza no ano de 1531, vivendo em companhia do português Francisco de Chaves e de mais cinco ou seis castelhanos, náufragos de expedições anteriores.

O **Diário da Navegação da Armada** a êle se refere de maneira tão lacônica, que nem sequer procurou revelar-lhe o nome ou a data de sua vinda ao Brasil, data esta que se conclui ser o ano de 1501, pela declaração feita ao chefe da expedição, dizendo achar-se ali há trinta anos, sem qualquer outra informação para justificar o seu aparecimento naquele recanto do Brasil meridional.

O que se pode afirmar, portanto, de acôrdo com as suas próprias declarações, é que teria sido abandonado por uma das primeiras expedições que percorreram o sul do país, naturalmente aquela que partiu da Europa no mês de maio de 1501, em cujo frota estava Américo Vespúcio, servindo de piloto-mor e cosmógrafo, e que aportou em Cananéia, segundo alguns escritores em janeiro de 1502, ou como dizem outros, a 17 de fevereiro, quando, por Américo Vespúcio foi dado o nome de Cananéia ao lugar.

Como disse Ernesto Guilherme Young, no seu **Esbôço para a História de Iguape**, foi êle o primeiro europeu conhecido como morador de Iguape, tendo sido lançado às praias da Ilha do Cardoso pelo comandante daquela frota, cujo nome também constitui motivo de dúvidas.

Mas, quem teria sido realmente o misterioso letrado? Como diz Young:

“todos os autores concordam em relatar o fato do seu destêrro, deixando de citar o nome dêste homem que tornou-se tão importante à História dêste país, e que prestou tão relevantes serviços aos navegantes europeus, fornecendo-lhes os mantimentos precisos e facultando-lhes os meios de entreter relações amigáveis com os hamitantes dêste país” (41).

Enquanto que para uns, outro não era senão que o próprio João Ramalho, ou talvez Antônio Rodrigues, para outros não passaria de Duarte Péres ou de Gonçalo da Costa, ou do português Francisco de Chaves, ou ainda de Mestre Cosme, ou Cosme Fernandes Pessoa.

Cândido Mendes, por exemplo, tratando do assunto, depois de diversas considerações, termina por afirmar ser João Ramalho, acrescentando ter sido o primeiro colono do Brasil meridional, o pai, o progenitor da população mestiça vicentina, hoje paulistana, como declara Damasceno Vieira em suas **Memórias históricas brasileiras** (42). Para chegar a essa conclusão, cita o documento IV, livro n.º 1 da **História das Índias Ocidentais**, onde Herrera se refere à viagem de Diogo Garcia em 1527 e sua chegada ao pôrto de São Vicente, dizendo:

“El piloto Diogo Garcia portuguez com el armada llavava, se hallô em los baxos que ella, am de **Abre El Oje** (baixio dos Abrolhos), que estan en 17 grados en la costa del Brazil, en fin del año passado (1526); y saliendo del ali fue a la bahia de San Vicente, que está en 24 grados, adonde llegô a 15 de Enero; y un **Bachiller portuguez** le dio mucho refresco de carne, pescado y vitualla de la tierra, por su dinero; y un yerno suyo se concertô con Diogo Garcia de yr por lengua al rio de la Plata”.

Comentando as duas notícias (portuguêsa e espanhola), diz o autor, resulta a identidade do Bacharel que foi visto em 1527

(41). — E. G. Young, **Esbôço da História de Iguape**, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, vol. 2, pág. 95.

(42). — Cândido Mendes, **Notas para a História Pátria**.

em São Vicente e em 1531 em Cananéia, afirmando ser o mesmo bacharel português degradado.

E, comentando Charlevoix, prossegue:

“Não nos detemos em discutir a individualidade de Mestre Cosme, visto que sua aparição no Brasil ou em São Vicente é posterior ao estabelecimento de Martim Afonso”.

“E’ o que se deduz das seguintes palavras do nosso douto historiador:

“Em São Vicente havia pouco depois outro Bacharel. Portanto, não era nem podia ser o de Cananéia”.

Aires do Casal, mais tarde, baseado nessas mesmas informações, também procurou demonstrar que o bacharel visto em São Vicente por Diogo Garcia, seria João Ramalho ou Antônio Rodrigues.

Também Damasceno Vieira, descrevendo a viagem de Américo Vespúcio, diz:

“No dia 6 de janeiro (1502), é descoberta a Angra dos Reis e a 20 a ilha de São Sebastião. Em continuação vão os nautas à ilha de Cananéia, onde é deixado um bacharel, João Ramalho, para aí cumprir pena de degrêdo, a que fôra condenado”.

O dr. João Mendes de Almeida, comentando a carta de Diogo Garcia, citada pelos historiadores, na parte referente ao encôntro dêsse outro bacharel que, anos depois, também foi visto em São Vicente, diz:

“E’ lícito duvidar, se não da autenticidade da carta ou memória da viagem de Diogo Garcia, 1526-1527, publicada na **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, vol. XV, ao menos de ter êle aportado em São Vicente, se é que êste é o mesmo pôrto assim denominado em 1531 por Martim Afonso de Sousa”.

E pergunta:

“Essa baía de São Vicente não seria a mesma de Cananéia?

“A carta-memória de Diogo Garcia (1527) referindo-se ao encôntro de um **bachiller em lugar** aos 24 graus ao sul, acrescentava:

“...em São Vicente, questá em 24 graos vive un **Bachiller** e unos yernos suyos, mucho tiempo ha, que ha bien años”.

Quanto a essa dúvida, porém, já não existe, pois como disse Young, o bacharel Mestre Cosme, encontrado em São Vicente, outro não era senão o mesmo Cosme Fernandes, degradado em Cananéia.

Como se sabe, bem cruentas para os portugueses foram as lutas travadas por castelhanos de Cananéia e Iguape, em São Vicente. Os revezes porque haviam passado os espanhóis do Rio da Prata, pelos índios **querandis**, fizeram com que Ruy Moschera abandonasse a região, refugiando-se em Cananéia, onde deparou com o Bacharel.

“Logo que a notícia de semelhante intrusão em Iguape chegou ao conhecimento de Gonçalo Monteiro, este intimara aos refugiados, que prontamente evacuassem os sítios ocupados” (43).

A essa intimação obedeceu o Bacharel, enquanto que Ruy Moschera respondeu dizendo estar em possessões do rei de Castela

“e que ali se sustentaria enquanto lhe aprouvesse”.

A vista disso, Gonçalo Monteiro organizou uma expedição contra êle, aparelhando para isso diversas embarcações.

Foi por essa ocasião, pois, que o Bacharel se transferiu para São Vicente, de onde mais tarde, como veremos, regressou para Iguape, não havendo, porém, a menor dúvida quanto ao seu aparecimento em São Vicente.

*

Varnhagen, em sua **História do Brasil**, segue doutrina oposta, dizendo que

“um bacharel, Gonçalo da Costa, levou Caboto consigo de Cananéia, e como isto não obsta a êle regressasse, pode ser que fôsse o mesmo encontrado por Pero Lopes”.

Da História porém, não consta, como diz Cândido Mendes, que Caboto estivesse em Cananéia, para dali levar o bacharel degradado.

Cherlevoix, por sua vez, acredita ser Duarte Péres, ou Pires, o famoso letrado, que teria sido companheiro de Ruy Moschera.

Da mesma forma pensa outro historiador não menos ilustre, o dr. Francisco Negrão, afirmando tratar-se realmente de

(43). — Machado de Oliveira, **Quadros históricos da Província de São Paulo**.

Duarte Péres e não de Francisco de Chaves, como julgavam diversos escritores.

O encôntro de Martim Afonso com os homens civilizados, na costa do Brasil, é assim narrado pelo mesmo escritor em um dos seus trabalhos mais importantes:

“Grande foi a surprêsa e satisfação de Martim Afonso de Sousa, ao ver nas praias de Cananéia homens que, logo à primeira vista reconheceu serem civilizados, apesar de estarem semi-nus e armados à moda dos indígenas, em cuja companhia viviam. Eram êles Francisco de Chaves, Antônio Rodrigues, Duarte Péres, — o bacharel, — e João Ramalho, os quais vieram logo ao encôntro da expedição recém-chegada, portadora nas vergas de suas embarcações, do glorioso pavilhão lusitano.

A satisfação foi ainda maior, quando se verificou serem todos súditos da mesma pátria, a grande nação portuguesa, pois que, aquêles habitantes de Cananéia eram naufragos de passadas expedições, e que viviam entre os indígenas há muitos anos, e com êles constituíram famílias.

Duarte Péres, o bacharel, e Francisco de Chaves, informaram a Martim Afonso que no País havia ouro e prata em abundância tal, que se lhes dessem alguns homens resolutos, com êles se embrenhariam pelo sertão, se comprometendo a voltar dentro de 10 meses, trazendo 400 indígenas escravizados, carregados dêsses preciosos metais” (44).

*

Mas, prosseguindo no estudo da questão, citaremos ainda, embora ligeiramente, a opinião de outros historiadores, entre os quais Machado de Oliveira que, em seus **Quadros Históricos da Província de São Paulo**, assegura tratar-se de Francisco de Chaves.

Pôrto Seguro, por sua vez, acompanha essa mesma opinião, dizendo ser o bacharel “um tal Francisco de Chaves”.

Também Romário Martins, um dos mais notáveis historiadores paranaenses, descrevendo a viagem de Martim Afonso, ao tratar das incursões no sertão, disse:

“Prossegue então Martim Afonso para o sul, fundeando em Cananéia. Melhor notícia ainda recebeu de um seu patrício, o bacharel Francisco de Chaves, degradado deixado no Brasil em 1505, pela esquadra de André Gonçalves.

(44). — Dr. Francisco Negrão, *Genealogia Paranaense*, vol. I, pág. 10.

A existência de campos ao sul de Cananéia, e de que dêles corria um vasto estuário que se ia perder no mistério do sertão ocidental lendário e maravilhoso, foi comunicado a Martim Afonso por Francisco de Chaves, que, se obrigou a orientar uma expedição exploradora, com soldados e recursos que lhe fornecesse aquêlê Capitão-Mor da Armada que D. João III mandara à posse e descobertas na “Nova Lusitânia” (45).

Mas, como disse Cândido Mendes, basta confrontar-se essas opiniões com o **Diário** de Pero Lopes de Sousa, para adquirir-se a certeza de sua improcedência.

“Esse trecho, diz êle, assinala duas individualidades bem salientes: Francisco de Chaves e o Bacharel”.

Pois é o próprio **Diário** que o diz:

“Este bacharel havia 30 anos que estava degradado nesta terra, e o Francisco de Chaves era mui grande língua desta terra”.

*

Da exposição que vimos fazendo, entretanto, parece surgir a mesma dúvida que levou o dr. João Mendes de Almeida a dizer que, para esclarecimento da verdade sôbre a chegada não só do bacharel como dêsses degradados à terra de Santa Cruz,

“concorre a falta absoluta de explicações de sua vida. Da parte dêles, incompreensível mistério. Da parte dos cronistas, só e sômente conjecturas” (46).

Mas, se analisarmos serenamente os fatos narrados pelos historiadores, concluiremos dizendo como o dr. Leôncio do Amaral Gurgel:

“é mestre Cosme quem reune maiores probabilidades de ser o bacharel”. (47).

Assim é que vários historiadores, entre os quais Benedito Calixto e o dr. Teodoro Sampaio, concordam com a opinião de Young que, durante largos anos se dedicou ao estudo da História de Iguape, conseguindo identificar não só o Bacharel, como o seu genro Francisco de Chaves.

Por ocasião da chegada de Martim Afonso a Cananéia, — escreve o historiador iguapense,

(45). — Romário Martins, *Curitiba de Outrora e de Hoje*, págs. 23 e 23v.

(46). — Dr. J. Mendes de Almeida, *Notas Genealógicas*, pág. 299, 1904.

(47). — Dr. L. do A. Gurgel, *João Ramalho perante a História*, in “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*”, vol. IX, pág. 472.

“o referido bacharel veio a São Vicente, estabelecendo-se no **Pôrto das Naus**, em lugar fronteiro ao pôrto do Tumiarú, onde o donatário lhe concedeu as ditas terras”.

Como comenta Calixto, presume-se que, em consequência das lutas travadas com os moradores de Iguape e com a notícia do fim trágico da expedição dos “oitenta homens” mandados ao sertão em busca de ouro e de escravos, o Bacharel que não podia deixar de se tornar suspeito aos portugueses, como cúmplice nessa hecatombe, — do que resultou o seu banimento de São Vicente — achou prudente retirar-se, abandonando as terras que há dois anos apenas lhe haviam sido concedidas pelo primeiro donatário (48).

Teodoro Sampaio, contrariando a opinião de Cândido Mendes que, como dissemos, afirmava ser João Ramalho, procurou demonstrar tratar-se de Mestre Cosme, afirmando:

“Varnhagen e Cândido Mendes pouco se preocuparam com a individualidade do mesmo”.

E prosseguindo em suas considerações, terminou por afirmar que o degradado de 1501 foi realmente Mestre Cosme,

“cuja notoriedade, pelo fato de ser um letrado ou legista, foi tão grande no seu meio social, que o título veio a sobrelevar ao próprio nome, obscurecendo-o ou deixando-o no olvido”.

E para afirmá-lo baseia-se também no documento de terras doadas em São Vicente, no Pôrto das Naus — terras essas que em 1542 eram novamente concedidas a Pero Corrêa, como se vê na seguinte Carta de Confirmação:

“Antonio de Oliveira, capitão e ouvidor com alçada pelo Sr. Martim Affonso de Sousa, governador d’esta Capitania de S. Vicente, na costa do Brazil, etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, como por Pedro Corrêa, morador n’esta villa de S. Vicente, me foi feita uma petição em que diz, que por Gonçalo Monteiro, que aqui foi Capitão, lhe foram dadas umas terras da outra banda d’esta ilha, que é o porto das náos, terra que era dada a um mestre Cosme, Bacharel, e outra d’onde chamam Perohybe, e é dez ou doze leguas d’esta villa, das quaes terras elle Pedro Corrêa tinha carta e lhe cahira no mar, as quaes estavam re-

(48). — B. Calixto, *Capitania de Itanhaém*, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, vol. 20.

gistradas em o livro do tombo, que o escrivão de datas tem em seu poder, e me pedindo pelas ditas confrontações, que no dito livro do tombo estavam, lhe mandasse passar nova carta das ditas terras que me pedia, mais uma ilha de tres que estão defronte da dita terra de Perohybe para seo aposentamento de carga e descarga das náos, covem a saber: das ditas tres ilhas a maior dellas, e visto seu pedido, digo que eu lhe dou a dita ilha que assim me pede, entendendo-se a dada d'ella de hoje por diante, e isto será pelas confrontações conteúdas no livro do tombo, as quaes o escrivão as declarará na carta, assim e da maneira que no dito livro e registro é conteúdo, convem a saber: as demarcações d'ellas, as quaes o escrivão dou fé e digo ser verdade, que no dito livro do tombo são duas cartas registradas da terra que Gonçalo Monteiro, sendo capitão, deu ao dito Pero Corrêa, e partem em esta maneira: a 1.a, que foi dada, que é defronte d'esta ilha e villa de São Vicente, que era antes dada pelo governador a um mestre Cosme, bacharel, que o dito Pedro Corrêa houve por devolutas; começa a partir do porto das náos, partindo com terras de Antonio Rodrigues até ir partir com terras de Fernão de Moraes, defunto, ou com cujas forem d'aqui por diante, e a melhor declaração, assim como se achar que o dito bacharel mestre Cosme partia, porque pelas proprias demarcações que lhe era dada, a deu ao dito Pedro Corrêa, e onde começou a partir, que é no dito porto das náos; ficará um rocio de tiro de arco, assim como foi mandado e ordenado pelo Snr. governador, que fique livre e desembargado para quando as náos ali ancorarem. A 2a. terra, que dizem perohybe foi dada ao dito Pedro Corrêa, pelo dito Gonçalo Monteiro, nomeadamente para elle Pedro Corrêa, e para um seu irmão que esperava vir a esta terra, e não vindo ficasse toda a ella dito Pedro Corrêa, e parte n'esta maneira, trasladado letra por letra no dito registro de terras seguinte... (segue-se a descrição de outra sesmaria) (49).

Por êsse documento, parece fora de qualquer dúvida a identidade do Bacharel de Cananéia que, na verdade, outro não teria sido, senão Cosme Fernandes ou Mestre Cosme Fernandes (50) que por muito tempo residiu em Iguape, onde possuia terras, conforme documentos nos arquivos daquela cidade.

(49). — Azevedo Marques, *Apontamentos Históricas*, livro 2, pág. 99.

(50). — E. G. Young, em trabalho publicado no volume 7, página 294 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, diz que segundo alguns o nome do bacharel seria Cosme Fernandes Pessoa. Porém, de acôrdo com um documento do livro do Tombo de Iguape, há uma notícia que diz: "Cosme Fernandes Pessoa de grande merecimento deixou em seu

La Reyna

A
ydm

El Rey
que residio en la ciudad que
es en la tierra que ay en la del fijo de la plaza Sabed que
yo he mandado tomar cierto asiento e capitulacion
con gregorio de pesquera fiosa sobre el hazer e tirar
e transferir cierta especie en esa tierra e le he probe
ydo de la que he en ella el qual ha a servir el fijo
e fijo y entiendo en la dicha transferencia como del sabreyo
e porq yo he sido ya formada qdoo aq estubo en esa



16
tudo michis vris et tunc quella via mizer
Chapó y dno fhuigo y mingo q vino y cast
q fhuigo y mingo y mingo y mingo y mingo
de pte Gregorio de pte quea todo los dñes
q viciados q viciados q el bien de la dñe
fhuigo y mingo y mingo y mingo y mingo
y dñes como a persona q ha en mto se mto y
mto de mas q vos viciados q nos y dñes se mto
misa fhuigo lo fhuigo y mingo y mingo q mto
dñe tenet memorie se vras so mto y mto y mto
ad vras y dñes fhuigo y mto q viciados y mto
amdoe dno del mes se mto de quea e fhuigo y mto
de quea dno / yola fhuigo y mto fhuigo y mto
Dn de baltran y delazquez /

Dêsses documento consta que a primeira vila foi fundada ao pé do Outeiro do Bacharel, em terras pertencentes ao mesmo, enquanto que em outros, dizem os signatários serem herdeiros de Cosme Fernandes.

*

Do papel importante representado pelo Bacharel falam melhor os documentos. Como se sabe, Francisco de Chaves, com as suas revelações sôbre a existência de minerais no interior do país teve o poder de induzir a Martim Afonso de levá-lo a organizar a malfadada **bandeira** que, de Cananéia, partiu a 1.º de setembro de 1531 e da qual não se teve mais notícias. Sendo assim, é lícito imaginar-se qual não teria sido o papel representado pelo Bacharel, tratando-se como era natural, de um letrado ou legista, na frase de Teodoro Sampaio.

Pelo Tratado de Tordesilhas era Cananéia considerada como sendo o extremo sul do Brasil, portanto, um lugar de destaque na costa do país e conhecidíssimo dos chefes de tôdas as expedições que por ali navegavam.

Por outro lado, era a ilha do Bom Abrigo, defronte de sua barra, o ponto de parada obrigatória das embarcações que iam aventurar-se nos mares do sul.

Ali, como no pôrto de Cananéia, permaneceram por vários dias não só a esquadra afonsina, como os navios de outras ex-

testamento declaração de que suas terras ficão oneradas com a pensão anual de uma missa para todo o sempre, pelo descanso de sua alma, sendo como hé um grande criminoso, ficando o parochio encarregado de arrecadar esta dita pensão dos seus herdeiros”.

Como diz Young, — “a adição de “Pessoa” ao seu nome é simplesmente o effeito do engano de transcrição, usando a palavra como nome próprio, em lugar de ser em referênciã á sua pessoa”.

— Ainda em complemento ao exposto e dada a analogia do sobrenome, não podemos deixar de citar o comentário feito sob o título de Notas, pelo engenheiro Paulo Freire de Andrade, encarregado no ano de 1828, de proceder ao tombamento das terras do município de Iguape, — trabalho interessante e consciencioso, cheio de observações, que se encontra no Departamento do Arquivo do Estado. Assim é que na “Breve descripção do Rio da Capara té Subauma, lemite do Destricto de Iguape, com a relação dos possuidores de terrenos das margens deste Rio”, diz á fôlhas 2v e 3:

“1a. — Consta que ha mais de cento e quatro annos, hum Francisco Fernandes Villão, deixou duzentas e dez BraSsas de terreno beyramar, como legado, para que pelos rendimentos delle se diSsessem todos os annos tres miSsas pelas Almas do Purgatorio: os Padres Vigarios arrendão ou aforão este terreno, e dizem ou mandão dizer as miSsas”.

Não seria descendente de Cosme Fernandes, êsse Francisco Fernandes Villão que, há mais de duzentos annos, deixou terras próximas à antiga vila de Iguape para que, com os seus rendimentos, se rezassem missas? E’ possível que sim, uma vez que as terras daquele também ficavam à beira-mar, como dizem os documentos existentes no arquivo daquela histórica cidade.

pedições a fim de se refazerem de lenha, água e até mesmo de alimentos para as tripulações.

Dessa maneira, era muito justo que o Bacharel, residindo há 30 anos naquele lugar, fôsse ouvido e consultado pelos expedicionários, aos quais daria informações preciosas, tanto sôbre o lugar em que vivia, como também de todo o território até o Rio da Prata, em virtude das relações existentes entre os habitantes dessa vastíssima região, pois é sabido que de Cananéia para o sul estendia-se um caminho por onde trafegavam os indígenas e não poucos viajantes.

Era possível, também, que para melhor harmonia entre os moradores da novel povoação houvessem os naturais estabelecido um simulacro de govêrno ou, pelo menos, respeitassem a pessoa do Bacharel, ouvindo-o como seu conselheiro, pois a verdade é que até mesmo na Europa já se havia tornado conhecido.

Assim é que na **História do Brasil** de Frei Vicente do Salvador, lê-se:

“...em la ysla de Cananea y en la tierra firme della ay pobló el bachiller, dexo muchas naranjeiras y limones y zidras y otros muchos arbores y hizo muchas casas, que se desplobarõ despues por los pobladores de San Vicente que tuvierõ guerra los unos con los otros por que pretendiõ que el bachiller les havia dar obdiencia” (51).

Outros escritores também se referem ao fato de haver o Bacharel procurado desenvolver a cultura de árvores frutíferas em Cananéia, onde tratou da construção de casas para os habitantes.

Por sua vez, Enríque de Gandia, tratando da primeira fundação de Buenos Aires ao referir-se à expedição de D. Pedro de Mendoza (52), diz que o rumor dessa expedição estimulou os reis de Portugal a enviarem uma armada de quatro navios ao Brasil, com seiscentos homens, ao mando de Pedro de Canpo.

“La Reina de Expaña se inquietó grandemente con esta noticia y pidió informes a su embajador, em cual contestó que el rey de Portugal daba a sus súbditos tierras de cincuenta y sesenta legoas de costa del Brasil y en ancho “todo lo que ellos pudiesen señorear”, a fin de que, “avazando hacia el oeste, se acercasen a la tierra de la Plata”, etc.

(51). — Frei Vicente do Salvador, **História do Brasil**, nova edição revista por Capistrano de Abreu, pág. 85.

(52). — A expedição de D. Pedro de Mendoza, composta de catorze navios, trazendo a seu bordo duas mil e seiscentas pessoas, para colonizar as margens do Rio da Prata, partiu da Espanha a 1.º de setembro de 1534.

...la reina de España — apesar de haver ya partido la expedicion de Mendoza, — creyó necesario crear una nueva gobernacion dentro de los limites de Mendoza, en la costa del Brazil, y para ello capituló con Gregorio de Pesquera Rosa, natural de Burgós, el 21 de agosto de 1536, una gobernacion de cincuenta leguas de costa, desde la Cananéa hacia el rio de Santa Catalina, con cien leguas de este a oeste.

“De este modo, la reina de España pensaba neutralizar la politica colonisadora de Portugal en la costa del Brazil: pero el rey considerando que no era justo faltar a lo capitulado con don Pedro de Mendoza, estableciendo una nueva gobernación dentro de los limites que se habian asignado, rasgó las capitulaciones firmada por la reina con Gregorio de Pesquera”.

No mesmo sentido, existe ainda um documento importante em que vamos encontrar um apêlo ao Bacharel. E' a carta da Rainha da Espanha, existente no **Archivo General de Indias**, de Sevilha, cuja cópia nos foi gentilmente oferecida pelo mestre Dr. Afonso de Taunay, e da qual possuímos ainda a fotocópia que adiante se vê e que nos foi enviada a 22 de maio de 1951 pelo dr. Cristóbal Bermúdez Plata, diretor daquele departamento.

“La Reyna

ydem bachiller... que residis en la cananea que es en la tierra que ay en la del Rio de la plata sabed que yo he mandado tomar cierto asiento e capitulacion con gregorio de pesquera Rosa sobre el hazer e criar e grangear cierta especeria en esa tierra e le he proveydo de la governacion della el qual va a servir el dicho officio y entender en la dicha grangeria como del sabreys e por que yo he sydo ynformado que vos a que estays en esa tierra muchos dias e teneys en ella vuestra muger e hijos yo vos Ruego e encargo que persona que estareys ynformado de la calidad della deys al dicho gregorio de pesquera todos los avisos que vieredes que convienen para el bien de la dicha grangeria e le ayudeis en todo aquello que buenamente podays como a persona que va en nuestro seruicio y en lo demas que vos vieredes que nos podays servir en esa tierra lo hagays teniendo por cierto que mandaré tener memoria de vuestros seruicios para os hazer a vos y a vuestros seruicios para os hazer a vos y a vuestros hijos la merced que oviere lugar, de valledolid a nueve dias del mes de setiembre de quinientos e treynta e seys años / yo la Reyna / Refrendada samano señlada de beltran y velasques”.

(Archivo General de Indias, de Sevilla: 122-3-1-1.º 1)

CAPÍTULO V.

A PRIMEIRA BANDEIRA PAULISTA.

Prosseguindo na ordem dos acontecimentos ocorridos em Cananéia, passaremos ao estudo de um dos fatos mais importantes ali registrados, logo depois do aportamento da frota afon-sina.

Como afirmam os cronistas da época, a procura de minas de ouro era um dos princípios

“reguladores do regimem do Brasil, prescritos pelo go-
vêrno da metrópole, nos tempos que se sucederam ao seu
descobrimto, e que os governadores tinham de memó-
ria e em mór desvêlo, o preocuparem-se logo”.

Como diz Machado de Oliveira êsse fato deu causa a fu-
nestos incidentes, de entre os quais a História registra a hor-
rível catástrofe ocorrida com os oitenta homens mandados por
Martim Afonso de Souza, nos poucos dias de sua permanência
em Cananéia ao

“matadouro dos Carijós, induzido fatalmente pelas
sugestões de Francisco de Chaves, que convivia com os
índios”.

Francisco de Chaves, levando ao conhecimento de Martim
Afonso a existência de minas de ouro e prata nos sertões de
Cananéia, fê-lo organizar a desgraçada expedição chamada dos
oitenta homens, composta de quarenta besteiros e quarenta es-
pingardeiros, a qual, sob a direção de Pero Lobo, oficial de sua
armada, partiu para o sertão a 1.º de setembro de 1531, pere-
cendo tôda ela, segundo a opinião dos nossos historiadores,

“às mãos dos ferozes carijós, junto às cabeceiras do
rio Iguassú”.

A. Vieira dos Santos, em sua **Memória Histórica de Para-
naguá**, referindo-se à mesma, diz:

“A expedição que Martim Affonso de Sousa enviou
aos sertões de Cananéa, foi infeliz, por serem aqueles Por-
tuguezes atraçoadamente mortos pelos Indios, não cons-
tando nem hum escapasse, nem mesmo o guia seu condu-
tor; ignorão-se os pormenores deste infausto acontecimen-
to; e nem se sabe o lugar certo onde foi tal massacre, se

nos sertões das cabeceiras da Ribeira de Iguape, ou nas Serranias do Açongui, e Negra, ou se nas varzes próximas ás grandes Cordilheiras”.

Romário Martins, por sua vez, no trábálho **Descobrimentos dos Campos de Curitiba**, diz que esta expedição,

“galgando a Serra Geral, abaixo da Serra Negra, no lugar onde ficou chamado a “picada do trilho da Serra”, contornou e sahiu nos campos de Curitiba, sendo sacrificado junto ás nascentes do “Goyo-Govó”, que é o Iguassú”

Como diz Azevedo Marques, em seus **Apontamentos Históricos**, fôra êsse o batismo de sangue da primeira bandeira que se internava pelo sertão do Brasil.

Não foi essa, porém, a primeira expedição que penetrou nos sertões do Brasil, com o intuito de descobrir prata, ouro e pedras preciosas, mas sim outra anterior, que partiu do Rio de Janeiro em junho de 1531, por ocasião da permanência da armada de Martim Afonso naquele ponto (53). Compunha-se a mesma de quatro ousados **bandeirantes** portugueses, cujos nomes são ignorados.

Sôbre ela escreveu Pero Lopes no **Diário** de bordo.

“D’aqui (do Rio de Janeiro) mandou o Capitão Irmão quatro homens pela terra dentro; e foram e vieram em dous mezes e andaram pela terra em cento e quinze leguas; e as sessenta e cinco dellas foram em montanhas mui grandes; e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles campos, que lhe fez muita honra e vêo com ellés até os entregar ao Capitão Irmão. E lhes trouxe muito crystal e deu novas como no Rio de Paraguay havia muito ouro e prata.

O capitão Irmão lhes fez muita honra, lhe deu muitas dadivas e mandou tornar para suas terras”.

Também consta, por vagas e contraditórias notícias, haver Aleixo Garcia nessa época ou mesmo antes (1524-1526) entrado no sertão, partindo de São Vicente e indo ao Paraguai e dali ao Perú, a terra dos incas, donde voltou carregado de ouro e prata.

Êste personagem, como diz Calixto, é um tanto lendário.

Á sua existência e a de um seu filho — que o acompanhou nessa expedição,

(53). — Segundo outros autores, entre os quais Afonso d’E. Taunay (**História Geral das Bandeiras Paulistas**, tomo II) a primeira expedição teve lugar no ano de 1504, partindo do Cabo Frio e dirigida por Américo Vesúcio.

“é tida como real; as opiniões divergem apenas quanto á época em que Aleixo Garcia efectuou essa “entrada” no sertão”.

Do historiador Benedito Calixto recebemos as seguintes notas, que esclarecem perfeitamente o assunto:

“O que não resta dúvida, entretanto, é que essa notícia — de ouro e prata trazidos do sertão por êsse aventureiro (Aleixo Garcia) — foi que despertou nos primeiros colonizadores de São Vicente, e principalmente no seu chefe — Martim Afonso — a grande cobiça e o grande empenho em desvendar essas riquezas mirabolantes, que os sertões da vasta Capitania de São Vicente encerravam. Pouco se lhes dava — a êsses audaciosos aventureiros lusitanos — que as famosas minas de ouro, de prata e de pedras preciosas estivessem em regiões longínquas e em domínio d’el Rei de Castela; o que lhes interessava era apenas saber a rota, o rumo ou a “porta de entrada”, e essa porta — sabiam êles pela certa, — estava situada no vasto litoral das Donatárias de Martim Afonso e de seu irmão Pedro Lopes de Souza.

“Onde, pois, se acharia ela? Era o que lhes importava saber.

Tôdas as tentativas, todos os esforços dos primeiros povoadores, nesse intento, foram entretanto infrutíferos

A glória das “famosas descobertas” de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, coube aos bandeirantes paulistas no fim do século XVI e século XVII e comêço do século XVIII.

Só então as “portas do sertão” se escancaram aos forasteiros ávidos de ouro.

E’ bem verdade, entretanto, que já no início do povoamento, Braz Cubas, Afonso Sardinha e outros, haviam penetrado no sertão, desde os arredores de São Paulo e Mogi, até à Capitania da Baía (Rio São Francisco), descobrindo algumas jazidas auríferas e pedras preciosas (pedras verdes) que foram enviadas ao rei de Portugal em 1562.

Foram também descobertas, nesse período, as célebres minas do Jaraguá e de Araçoiaba (em Sorocaba).

As não menos famosas — Minas de Ouro, de lavagem — foram também descobertas nessa primeira época de nossa História.

Estas explorações de minas de ouro, embora incipientes, tiveram alguma importância e tornaram assaz conhecidas as regiões em que apareceram e foram exploradas, como: Ribeira de Iguape, até as serras adjacentes e mesmo do planalto; Cananéia e seus lagamares, cuja jurisdic-

ção administrativa abrangia, nessa época, todo o estuário do Superaguy (Paranaguá) até às serras e planalto de Curitiba e daí às margens do Paranapanema, onde mais tarde apareceram novas jazidas auríferas de importância.

“No mapa topográfico (documento antigo) que publiquei no meu livro — **Capitania de Itanhaem** — na parte que se refere à fundação da Vila de “Cananéia e Paranaguá”, nota-se (ao sul da vila de Antonina), uma serra beirando o lagamar, na qual se lê esta indicação: “Mina, onde se descobriu o primeiro ouro do Brasil”.

“Está bem visto, pois que, quando se descobriu essa “primeira mina de ouro do Brasil”, conforme indica o velho mapa — nas proximidades de Antonina, — essa vila, bem como a de Paranaguá, ainda não existiam e a região de Superaguy (Paranaguá) estava sujeita à jurisdição de Cananéia, única povoação e vila existente nessa região do litoral, depois de Itanhaém, que é coetânea, em existência, à vila de São Vicente.

“Os documentos e os autores que tenho consultado, não me indicam o nome do feliz descobridor dessa “primeira mina de ouro do Brasil”, mas o que me parece provável é que o aventureiro que levou a efeito tal empreendimento, partiu de Cananéia, com sua expedição em canoa, — ou pelo Varadouro ou pela costa, até a baía do Superaguy; e contornando a ilha do Mel e o canal oriental, foi ter ao Itapema, ao sul da atual vila de Antonina, donde galgou a “serra aurífera”, que o velho mapa nos indica e discrimina com clareza.

*

“Quem se der ao incômodo de ler os ligeiros apontamentos históricos que escrevi e publiquei na citada obra **Capitania de Itanhaem**, e nos demais documentos e memórias históricas que conservo em meu arquivo particular, verá a importância que tiveram em seus princípios, as vilas primitivas do litoral paulista: Itanhaém, Iguape, Cananéia e Paranaguá, nesse primeiro ciclo inicial da penetração e conquista do vasto sertão das donatárias de Martim Afonso e de Pedro Lopes, que constituem hoje os grandes Estados de São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, etc.

“Essa expansão territorial promovida pelos bandeirantes, mais se acentuou e intensificou depois que a donatária de Martim Afonso passou a ter por sede a vila de Itanhaém e que os loco-tenentes dos Condes de Vimieiro e da Ilha do Príncipe, herdeiros legítimos de Martim Afonso, tomaram a peito o domínio do sertão, pelas repetidas “entradas” que levaram a efeito de 1677 em diante, até 1728.

“Os governadores da Capitania de Itanhaém que mais notáveis feitos realizaram nesse período áureo de nossa História colonial, nesta região meridional do Brasil, foram: Luis Lopes de Carvalho, Carlos Pedroso da Silveira, Dionísio da Costa, Diogo Vaz de Escobar, Antônio Barboza de Souto-Maior, etc.

“Não são mais nas “crônicas paulistanas”, mas sim nas crônicas e memórias históricas do Paraná, que vêm relatadas as ações beneméritas desses governadores de Itanhaém, na “conquista do Rio Grande do Sul” e noutros empreendimentos notáveis.

“Uma dessas expedições ou “entradas” no sertão, no intuito de conquistar o Rio Grande do Sul, foi levada à efeito de 1661 em diante, por Antônio Barboza de Souto-Maior, governador de Itanhaém, coadjuvado por “companhias de índios carijós”, e homens d’armas, conforme se depreende de documentos da Câmara de Paranaguá, citados pelo historiador Dr. Ermelino de Leão.

“Este contingente de índios, com seus chefes, comandados por Souto-Maior, formou-se em Itanhaém, Iguape e Cananéia, donde partiu em demanda das **coxilhas** rio grandenses.

“Na zona setentrional da dita **donatária de Itanhaém**, a povoação que mais notável se tornou nessa época foi a vila de Taubaté, — “rival da vila de São Paulo”, — pelo grande incremento que teve com as “entradas” para as famosas minas de Cataguases (Minas Gerais), no tempo em que o notável taubateano Carlos Pedroso da Silveira exercia ali o cargo do governador da Capitania de Itanhaém. Este célebre governador era mestre de Campo, Procurador da Corôa, Provedor dos Gentios, e foi um dos primeiros descobridores das importantes jazidas auríferas de Minas Gerais, as quais estavam fazendo parte da jurisdição da Capitania de Itanhaém, que se estendia, no litoral, desde o rio Juqueriquerê, em São Sebastião, até Cabo Frio, ao norte, e desde São Vicente até Paranaguá, ao sul.

.....
.....

“Se o Rio de Janeiro, Taubaté, São Paulo e outros lugares ao norte da Capitania de Martim Afonso, foram os pontos donde se formaram e partiram as “bandeiras” nesse primeiro e segundo ciclo das descobertas e domínio do vasto território brasileiro, — **Cananéia** foi, incontestavelmente, o ponto, no litoral paulista, donde partiu a primeira grande expedição, com o intuito, embora malogrado, de explorar os nossos sertões.

“Esta primeira “bandeira”, como é aliás bem conhecida, partiu de Cananéia em 1.º de setembro de 1531”.

Bem conhecido é o fim trágico que teve essa infeliz **bandeira** de Pero Lobo, expedida às terras dos tupís e carijós, perecendo tôda ela (na opinião dos nossos historiadores), junto às cabeceiras do rio Iguassú, e da qual não voltou um só homem.

Quanto ao rumo por ela tomado ao partir de Cananéia, até hoje se ignora.

Segundo alguns historiadores teria a mesma penetrado no sertão, encaminhando-se pela barra do Rio Taquarí, ao fundo da baía de Trapandé, em vista da narrativa de Pero Lopes, dizendo que da ilha do Bom Abrigo, duas léguas ao norte “se faz um grande rio” e que “por êste rio arriba” mandou Martim Afonso um bergantim.

Ora, o rio outro não era senão que a barra de Cananéia, defronte da qual rumo de sudoeste, prolonga-se a baía de Trapandé até os estuários dos rios Taquarí e das Minas.

Assim, visto da entrada do canal da barra, o prolongamento dêste canal conjuntamente com as águas da baía e dos rios citados, trazem ao observador a idéia clara de um grande rio que se intromete pela terra a dentro.

A mesma presunção parece-nos ser esposada pelo infatigável quão ilustre historiador patricio Afonso d’E. Taunay, quando escreve:

“A segunda expedição (primeira “bandeira” paulista) foi a desastrosíssima entrada de Pero Lobo e dos oitenta homens, a quem comandava, partindo das vizinhanças de Cananéia a 1.º de setembro de 1531, em direção do sudoeste talvez, por instigação do misterioso Francisco de Chaves a Martim Afonso de Souza” (54).

Essa vereda para o sertão, assinalou-se sempre, como sendo a mais natural de tôdas e por isso mesmo preocupou em todos os tempos aos governos da Província, a sua abertura, de modo a fazer-se a ligação de Curitiba ao pôrto de Cananéia. No govêrno do Conde de Palma, em 1816, o sargento-mor das ordenanças de Cananéia, J. J. de Oliveira, ofereceu-se para abrir à sua custa, uma estrada que desta vila marítima fôsse à de Vila Nova do Príncipe e sua circunvizinha, dando-lhe S. Magestade o direito das passagens por certo tempo. Sua Exa. man-

(54). — Afonso d’E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo I, pág. 52.

dou informar o Ouvidor da Comarca de Paranaguá e esta informação foi favorável à pretensão do mesmo.

Em muitos documentos, alguns quase ilegíveis, existentes no arquivo da Câmara de Cananéia, ainda se encontram notícias referentes à abertura desse caminho, o que em 1836 levou o Presidente da Província, a officiar em data de 28 de abril, à Câmara da Vila, pedindo a nomeação de

“pessoas de conceito e capacidade, para comandar aos trabalhos que deviam ser feitos na exploração do caminho que se pretendia fazer, comunicando a Vila de Cananéia com a fazenda Potuná, em Curitiba”.

Por sua vez, a Câmara indicava para esse trabalho a Francisco Antônio Pacheco e a

“um segundo para prevenir o futuro, no caso de qualquer incidente, afim de sempre hir em seguimento, este senhor pretendido; e que para isso se nomeassem dois cidadãos, o Alferes José Procopio Gomes com o Capitão João Jorge Peniche, para que delles dois o Prefeito escolhesse o qual lhe conviesse”.

Em sessão de 7 de julho de 1836, o prefeito José Joaquim de Oliveira, comunicava à Câmara, haver

“marchado até alcançar os Campos de Potuná e que na volta abrira um picadão até Curitiba, assegurando a facilidade da comunicação”.

Esse trabalho foi executado por ordem do Presidente da Província que, autorizado pela lei n.º 35, de 27 de fevereiro de 1836, mandou dispensar com o mesmo

“até a quantia de 400\$000, para explorar a nova estrada que deve comunicar a vila de Cananéia com a de Curitiba”.

Como, porém, o trânsito entre essas vilas fôsse tomando grandes proporções e servido

“para prejuizo do Povo e do comércio, por causa do contrabando que por ahi se fazia”,

foi ordenado se fechasse a mesma.

O “Contrabando e prejuizo do Povo” entretanto não eram mais do que a facilidade com que os escravos fugiam ao castigo que lhes eram infligidos pelos senhores, buscando o rumo do sertão...

Porém, já muitos anos antes se tratava da abertura dessa estrada, tendo a Câmara da Vila oficiado em 21 de setembro de 1799 ao Governador e Capitão General da Província, como consta dos papéis contidos no maço n.º 11, existente no Arquivo Público de São Paulo, declarando que:

“... em huma reconciliaçam que fizemos entre este povo, e os mais escolhidos todos sedam por satisfeitos, e nós tambem, concordando com huma finta de seu gosto; e igual a seus poderes para abrirem huma picada firme thé a Villa de Corytyba, onde com mais estam aquelles nascionaes que pertendem com muita excellencia fazer estrada larga té esta Villa, etc.”.

Como vimos, Romário Martins presumia haver a bandeira galgado a Serra Geral, abaixo da Serra Negra, no lugar que ficou sendo conhecido por “picada do trilho da Serra”, enquanto que Vieira dos Santos, diz que em 1772 Afonso Botelho de Sampaio e Souza

“mandou abrir de novo e descortinar os mattos da Estrada de Coritiba” —,

ordenando que uma das companhias de Ordenanças

“debaixo da inspecção do Capitão Antonio Francisco” fizesse, nessa occasião” o caminho pelo cume da Serra; rompendo o grande penedo do Cadeado a fogo e polvora, fazendo pela beirada delle, hum transitto estreito a beira de um precipio medonho, quando o primeiro caminho era fraldeando a Serra, mas com os tempos se arruinou”.

A serra das Cadeas ou “cadeado” fica a sudoeste de Cananéia, a cujo município pertence.

Francisco Negrão, tratando do mesmo assunto, diz ter aquella bandeira, partido rumo ao sertão

“ao som retumbante do clarim marcial, cheia de promissoras esperanças, sem calcular o fim desastroso e funesto que a esperava” e tomando rumo seguiu para o sertão paraniano, passando pela Serra Negra e, provavelmente, pelas proximidades de Curitiba, com rumo á fóz do Iguassú, talvez seguindo o curso do Rio Iguassú. A intrepida comitiva levava o objectivo visivel de extrahir ouro e prata nas minas do Perú, já por essa época conhecidas dos indigenas. Só a fama dessas prodigiosas riquezas é que poderia leval-a, de mais de mil kilometros de extensão, até então não palmilhados por entes civilizados.

Foram os expedicionarios de Martim Affonso os primeiros exploradores do territorio paranaense e, por sua vez, as primeiras victimas que nesse territorio succumbiram á sanha dos indigenas.

Infelizmente a expedição não deixou um roteiro de sua marcha, nem jamais se communicou com os colonos de Cananéa, de forma que, ficou sempre ignorada a sua travessia que, forçosamente, teria de ser demorada e por demais penosa.

Segundo narrou o Adelantado do Prata, D. Alvaro Cabeza de Vacca, quando fez sua grandiosa travessia de S. Cataharina, atravez do Paraná, em direcção ao Paraguay, narração de que nas margens do Rio Iguassú, proximo á sua barra no Rio Paraná, — “haviam succumbido os portuguezes mandados por Martim Affonso aos golpes dos indigenas, no momento em que atravessavam o rio em canôas; sem que nenhum delles podessem dar noticias do succedido” — Por essa forma se explica o mallogro da expedição, cujo insuccesso foi completo” (55).

Romário Martins, acompanhando o trajeto seguido pela mesma diz que

“os 80 soldados portuguezes galgaram a Serra do Mar, desceram pelo declive da Serra Negra, atravessaram o Assunguy, Campina Grande e Colombo (toponymia actual) e surtiram nas nascentes do Goyo-Goyo (Yguasú) isto é, nos Campos de Curityba, onde os indios os destroçaram”.

E acrescenta: o descobrimento desses campos, onde assenta a capital paranaense, data, por conseguinte, de 1531, visto que Chaves e os seus compatriotas saíram de Cananéia no primeiro dia de setembro desse ano e muito provavelmente em 4 meses fizeram o percurso do sertão intermediário.

Também sôbre o assunto escreveu Ermelino de Leão o substancioso capítulo que se segue e que foi publicado no trabalho **Capitania de Itanhaém** de Benedito Calixto.

“Francisco de Chaves, unido aos demais colonos castelhanos, poderiam ter sido levados por naturais sentimentos de ambição, antevendo as riquezas que tornavam famosa a zona em que a tribo carijó erguia suas tabas; mas, por outro lado, bem se pode acreditar que, como fiéis castelhanos, tratassem os invasores dos domínios de Castela, domínios esses não só firmados em solenes tratados entre as duas corôas como em bulas pontifícias.

(55). — F. Negrão, *Genealogia Paranaense*, págs. 11 e 12.

“Basta ter-se em consideração que, em 1531, os limites de Portugal na América, fixados pelo tratado de Tordesilhas, não iam além do meridiano de Belém do Pará (que somente abrangia estreita faixa do litoral paulista, indo findar nas praias de Superaguy, pouco ao sul de Cananéia), para compreender-se que não seria patriótico o gesto dos espanhóis entregando o país espontaneamente aos portugueses”.

*

Quanto à direção seguida pela bandeira e local em que teria sido destruída, até hoje se ignora.

Assim, quase todos os escritores, como Romário Martins, acreditam ter a mesma tomado o rumo de sudoeste, penetrando no Paraná, onde galgaria a Serra Geral, abaixo da Serra Negra, no lugar que passou a chamar-se — “picada do trilho da Serra”.

Segundo Ermelino A. de Leão, sobre o seu extermínio correm duas versões: a primeira, portuguesa, dando-a como massacrada pelos índios carijós, ao sul de Cananéia, no litoral, ou mais provavelmente no planalto paranaense. Outra, de origem castelhana atribuindo a derrota total dos expedicionários aos estratagemas habilmente planejados e firmemente executados pelos espanhóis e índios aliados, ao mando de Ruy Moschera, como descreveu o jesuíta Charlevoix, na **História do Paraguai**.

“Não tentaremos averiguar agora, — diz o dr. Ermelino, — qual das duas versões é a verdadeira; entretanto, não nos parecem muito aceitáveis as apreciações de Frei Gaspar da Madre de Deus, ao impugnar a narrativa do jesuíta historiador. Eram tão comuns os erros relativos às posições astronômicas dos povoados do Brasil-colonial, que o engano da situação de Cananéia não é o bastante para induzir que tudo seja fábula. Nem tão pouco o fato de ter o cronista dado a Martim Afonso o título de Capitão General do Brasil, se pode considerar um erro histórico, porquanto, de fato, era Martim Afonso Capitão General do Brasil, muito embora tal posto não existisse em leis, como Comandante da armada e povoador”.

*

Young, no seu **Esbôço Histórico da Fundação de Iguape**, diz (56):

(56). — E. G. Young, **Esbôço Histórico da Fundação de Iguape**, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, vol. II, pág. 98.

“Baseado no conhecimento da zona a percorrer do Mar Pequeno em procura de ambos os lugares, Ribeira e Curitiba, não duvido que o lugar do assassinato fôsse em terreno circunvizinho das minas do rio Ribeira. Contudo, se o lugar na verdade fôsse na proximidade de Curitiba, nem assim poderia deixar de pensar que o roteiro seguido pelos homens de Martim Afonso era subindo o rio Ribeira até Iporanga e daí pelos rios Pardo e Capivari, em lugar de ser pelo lado de Paranaguá, onde encontrariam, naquela época, dificuldades enormes para vencer na passagem das serras escarpadas, que, começando na Itapitanguí, continuam até à serra do Espigão, que separa o Estado do Paraná do de Santa Catarina.

A facilidade de transporte oferecida pelos rios e a probabilidade de serem as minas da Ribeira conhecidas pelos homens estabelecidos nas margens do Mar Pequeno, verifica-se pelo mapa desta zona, que acompanha este resumo”.

Mais tarde, entretanto ao prosseguir em seus trabalhos históricos, reportando-se ao que já havia escrito, mudou de opinião (57), quando diz

“aventuramos a idéia de que fôssem elas (as Minas) situadas nas imediações de Iporanga; mas, por estudos prolongados, reunindo as diversas notícias históricas e fazendo dedução das nossas pesquisas, somos convencidos de que o itinerário seguido pelos oitenta homens de Martim Afonso, era o mesmo seguido anteriormente por Aleixo Garcia e os seus companheiros, os quais, com exceção de dois homens e uma criança, foram mortos pelos indígenas na volta dos confins do Perú”.

*

Por nossa vez, diante da dúvida ainda hoje existente, procurando confrontar a opinião dos historiadores, somos forçados a admitir a possibilidade de outra diretriz tomada pela gente de Pero Lobo, mesmo porque até então nem nenhum vestígio de minas de prata foi encontrado no interior do Paraná.

Por outro lado, acresce que não só as dificuldades dos meios de comunicações, como a longa distância a percorrer, — supondo-se que os expedicionários se dirigissem para a foz do rio Iguassú, — seriam motivos ponderáveis para que, em dez meses, — o tempo previsto, — não conseguissem voltar ao ponto de partida, tendo em consideração que o retôrno seria ainda muito mais difícil.

(57). — *Ibidem*, vol. VIII, pág. 230.

Não devemos também desprezar outro fator de máxima importância para impedir essa marcha para o sudoeste, através da Serra Geral: ser o território em aprêço habitado pelos feroces carijós, inimigos irreconciliáveis dos tupís.

Daí a presunção que temos de que a região paranaense naturalmente seria pouco explorada pelos habitantes de Cananéia, o que não devia acontecer com a zona sul paulista (Cananéia, Iguape, Xiririca, Iporanga e Apiaí), onde predominavam os tupís e por êles perfeitamente conhecida e devassada em tôdas as direções.

Em território paulista, portanto, deviam localizar-se as famosas minas de prata e ouro, de que eram conhecedores o bacharel e Francisco de Chaves.

Mas, se assim o era, onde estariam situadas?

Facilima se nos apresenta a resposta, uma vez que estudemos as riquezas contidas no sub-solo paulista, tomando-se como ponto de partida da “bandeira” o antigo **pôrto dos tupís**, que era Cananéia.

A ninguém é lícito ignorar a existência das ricas minas de chumbo de Iporanga, distantes apenas oitenta quilômetros daquele pôrto e, mais ainda, da grande porcentagem de prata que contém.

Ora, êsses homens, que não eram técnicos, sem dúvida alguma teriam tomado a **galena** de Iporanga por verdadeira prata, e que naquela época, como ainda hoje, existia à flor da terra e em quantidade abundante.

A mesma coisa poder-se-á dizer quanto ao ouro da região de Apiaí, cuja mineração se fêz em larga escala desde o século XVII.

Por outro lado, perguntaremos, por que motivo teria sido dado o nome de **ribeirão da morte** a um pequeno curso de água existente entre o rio Batatal (Xiririca) e Capão Bonito, nos sertões de Pedro Cubas?

Duas interessantes versões são conhecidas sôbre o assunto.

Antes, porém, precisaremos dizer que, no estudo da História, não devemos desprezar certas lendas e tradições, porque, muitas vêzes, encerram elas algo de verdadeiro.

Na própria região, não poucos são os lugares com denominações precisas de fatos ali ocorridos ou de aparecimentos notáveis, como sejam — onça parda, vira-saia, pôço do mero, volta do frade, etc., como recordação de acontecimentos locais.

Por sua vez, não era assim que os indígenas sabiam dar nomes aos diferentes pontos do território em que habitavam?

Sôbre as lendas referentes ao **ribeirão das mortes**, reza a primeira que, descoberto um grande aluvião de ouro pelos jesuítas naquele ponto do Ribeira, foram êstes repelidos por bandeirantes que lograram chegar ao local, resultando do choque entre os dois grupos, um grande morticínio, do que se originou o nome daquele ribeirão. E' de notar-se, porém, que nesta parte do litoral não penetraram os inacinos, o que se verifica pelas construções que nada têm de semelhança com as de outras zonas por êles percorridas, como pelo desconhecimento em que ficou por muitos anos esta região, o que não se daria se fôra por êles conhecida.

Reza outra lenda que existira outrora um velho pagé — único sobrevivente da grande tribo dos itanopan — que conservava em camocins grande quantidade de uma areia, que despertou a cobiça dos portugueses, os quais, maneirosamente, conseguiram do velho índio a revelação do lugar onde era a mesma encontrada, sob promessa de o fazerem seu associado em sua exploração.

Tempos depois, vendo-se ludibriado por aquêles, com a retirada do ouro e seu transporte para Serra Acima, procurou vingar-se, lançando **curare** na fonte, eliminando dessa forma os traidores, de um só golpe.

Essa lenda, parece-nos de real importância, se procurarmos associá-la à existência das famosas minas do Bacharel de Cananéia e o desaparecimento misterioso da bandeira de Pedro Lobo.

Uma relação muito íntima deve existir entre a denominação dada ao ribeirão de Pedro Cubas — **Ribeirão das Mortes** — e a morte dos componentes daquela malograda expedição, cujo local de sacrifício até hoje é ponto obscuro em nossa História.

Portanto, se a denominação em apreço foi motivada por qualquer luta ali travada em tempos imemoriais, se êsse ponto está na direção aproximada do caminho que de Cananéia vai ter a Iporanga, é de presumir-se que o rumo tomado pelos expedicionários seria o de **noroeste**, subindo, não pelo rio Taquarí, mas sim pelo próprio Ribeira de Iguape, como pensava Young, o que justificaria o encôntro de um machado de bronze naquele rio, e que o mesmo escritor julgou pertencer à expedição de Aleixo Garcia.

CAPÍTULO VI.

O MARCO DO ITACURUSSA'.

A História de Cananéia, como já temos tido ocasião de dizer, deve constituir o primeiro capítulo da História de São Paulo, pois é ali que vamos encontrar uma série de acontecimentos e de fatos ocorridos logo depois do descobrimento do Brasil, sabido como é que antes mesmo da vinda da primeira expedição colonizadora, era aquêlê pôrto conhecidíssimo dos navegadores e aventureiros que percorreram a costa sul do país.

Datam dêsse período não só a passagem por Cananéia das expedições de Américo Vespúcio, André Gonçalves, Cristóvão Jacques e outras mais, como também o degrêdo do famoso Bacharel, o abandôno dos cinco ou seis castelhanos e a própria fundação do primitivo povoado que, segundo o livro de **Memórias** da Câmara da antiga vila, teve assento na ilha Comprida.

E tão verdadeiro é o que vimos de dizer, que outro fato, não menos importante, teve lugar naquela cidade do nosso litoral, qual seja a escôlha daquele ponto para colocação dêsse importante monumento de nosso passado, que foi o "marco", simbolizando a posse da corôa de Portugal.

A êle se referem todos os nossos cronistas e historiadores procurando desvendar não só a dâta de sua colocação no histórico pontal da ilha do Cardoso, como por quem teria sido ali deixado.

Southey, por exemplo, depois de tratar de outros padrões assentados em diversos pontos da costa, referindo-se ao de Cananéia, diz:

"Um dos padrões de pedra com as armas de Portugal, erguidos pelos primeiros descobridores, ainda se vê na terra firme, contígüo à barra".

Há aqui um pequeno engano, aliás, repetido por Aires do Casal. A ponta de Itacurussá, não se encontra em terra firme, ou da banda do continente, mas sim na ilha do Cardoso.

Frei Gaspar da Madre de Deus, Machado de Oliveira, Varnhagen e Azevedo Marques, dizem ter sido colocado por Martim Afonso no ano de 1501. Entretanto, no **Diário da Navegação da Armada** nada consta a tal respeito, muito embora a esquadra afonsina permanecesse durante 44 dias em Cananéia. Varnhagen, visitando o lugar disse:

"Os padrões eram iguais, estavam juntos, um no meio com seus dous tenentes ao lado; destes, um tinha cahido

e estava lá mui no fundo, onde o levára o rôlo do mar que o cobria, estando já sujo de ostras e sururús.

“Lá o deixamos em paz. “Lembro-me que o meu exame foi tão minucioso que até descobri as pequenas covas que se tinham brocado ou antes, aberto á picareta no rochedo, afim de poderem neste segurar, sem resvalar, os pés da cabrilha, que tiveram de armar para içar aquellas.

“De tudo o que vimos e examinamos se lavrou um auto declarando que não havia em tais padrões esculpidos nem esferas nem datas, como por sua conta affirmara Ayres do Casal”.

A. Vieira dos Santos, em sua **Memória Histórica de Paranaguá**, cita a **Memória para a História da Capitania de São Vicente** (58), que diz haver Martim Afonso levantado vários padrões nos lugares convenientes, para testemunharem a posse que tomara pela Corôa de Portugal. E acrescenta:

“Erigiu o primeiro defronte à ilha de Cananéia, em outra que chamam do Cardoso. Depois de oculto mais de dois séculos, achou-o o Coronel Afonso Botelho de Sampayo e Sousa, aos 15 de janeiro de 1767”.

O encontrô do referido padrão pelo Ajudante das Ordens de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão teve lugar quando o mesmo, percorrendo a costa, examinava a ponta do Itacurussá, para a construção de uma fortaleza destinada à defesa das vilas do litoral sul paulista.

Aires do Casal e Constâncio, julgam que foi Gonçalo Coelho que o deixou naquele ponto da costa, enquanto que para outros, como Gabriel Soares, teria sido Cristóvão Jacques.

Diz Aires do Casal, em sua **Corografia Brasília**:

“Na entrada da barra de Cananéa, da banda do continente, sobre uma pedra, está um padrão de marmore europeu, com quatro palmos de comprimento, dous de largo, um de grossura, e as armas de Portugal, sem catellos; posto que mais deteriorado que muitos pensarião, bem se conhece que ahi foi colocado em 1503”.

Por sua vez, diz Milliet de Saint Adolph:

“No principio do seculo XVI, Christovão Jacques asentou neste promontorio (Itacurussá), um padrão com as armas portuguezas e com o milesimo de 1503, como acabava de faser na bahia de Acejutibiró, na entrada da de Todos os Santos”.

(58). — Livro 1, pág. 34, n.º 52.

Cândido Mendes de Almeida, entretanto, opina que foram deixados pela armada lusitana de 1501, que teve por chefe André Gonçalves e por piloto Américo Vespúcio.

Capistrano de Abreu expende razões que corroboram com a opinião de Cândido Mendes de Almeida, como diz Moreira de Azevedo.

Para êle não teriam sido colocados por Martim Afonso, porque, muitos anos antes de sua vinda, já era muito conhecida Cananéia ou Cananor.

“Parece mais certa, a opinião de Cândido Mendes — escreve o autor, — que, firmado na carta de Ruysch, de 1508, e nos mapas da América, da edição de Ptolomeu, de 1513, prova que não passou de Cananéia a armada de André Gonçalves”.

Moreira de Azevedo (59), num brilhante trabalho, depois de interessante descrição do mesmo, pergunta, — por quem, realmente, teria sido ali colocado?

O barão de Capanema, no desempenho de sua missão telegráfica, percorrendo a praia da costa da ilha do Cardoso, teve oportunidade de ver, em 1866,

“encostado no promontorio pedregoso composto de calhaus soltos. sobre a rocha argilosa salpicada de crystaes de magnetito, um marco de marmore, já bastante carcomido pelo tempo”.

Passando um ano antes dêle por ali, um inglês ou americano tentou levá-lo, pelo que, para salvá-lo, officiou ao ministro do Império, pedindo que ordenasse à municipalidade de Cananéia, que autorizasse a trasladação do mesmo para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Sôbre quem poderia tê-lo colocado no promontório do Itacurussá, diz o Barão de Capanema:

“Pela carta de Américo Vespúcio, vê-se que chegando à altura de Cananéia, resolvera deixar a terra e ir examinar o país por outra parte. E era mui natural que deixando a frota o litoral brasileiro para se lançar no Oceano com outra direção, deixasse bem assinalado o ponto de sua última exploração, para em qualquer tempo assegurar-se o direito de Portugal”.

*

E' interessante repetir-se que o importante monumento foi descoberto no ano de 1767, na ocasião em que ali viajou o coronel Afonso Botelho, em procura de um lugar para edificação de uma fortaleza, quando se sabe que a estrada da marinha, percorrendo a costa, passava ao lado do rochedo sôbre o qual se erguiam o "marco" e seus dois "tenentes".

Era o caminho natural, por onde transitavam os paradeiros e todos os que se dirigiam para o sul ou de lá procediam. Os próprios Ouvidores e Corregedores, em suas constantes viagens, passavam pela ponta do Itacurussá, a que Gabriel Soares, em sua **Notícia do Brasil**, denominara — Cabo do Padrão, — e não se diga que podiam ignorar a existência ali de tão importantes monumentos, que estavam à vista de todos, distantes alguns passos apenas, do caminho da praia, livres e desembaraçados de qualquer obstáculo capaz de ocultá-los aos olhos dos viajantes.

E destacando-se aquêlê conjunto à margem do caminho e sobranceiro ao mar, não era possível que até então não tivesse despertado a curiosidade dos transeuntes.

O lugar foi sempre habitado, como o demonstram os recenseamentos coloniais.

E tão conhecido era o monumento, que a própria ilha fôra batizada com os nomes de — Itaquatiara, e "Ilha do Marco", como consta de antigos documentos existentes nos arquivos da velha cidade. E como se não bastassem tais denominações, o próprio promontório tomou o nome de — Itacurussá, — Pedra da Cruz — o que devia despertar no espírito de todos a existência de algo interessante naquele local.

O que se dava era nada mais do que a falta de interêsse por aquelas relíquias que, na verdade, sòmente mereceram a atenção dos poderes públicos depios da notícia levada ao conhecimento do Ministro do Império, pelo Barão de Capanema, que as examinou em janeiro de 1841, fazendo lavrar, por essa ocasião, um auto declarando serem de finíssimo mármore branco, e que não continham datas nem esferas esculpidas, como afirmara Aires do Casal.

A controvérsia entre ambos, entretanto, parece perfeitamente esclarecida, diante da luz projetada pelo saudoso historiador paranaense, Romário Martins, que a respeito publicou diversos documentos, pelos quais se evidencia que Aires do Casal confundiu os do promontório do Itacurussá com os de Paranaguá.

Mas, voltando ao assunto, claramente se vê que sòmente após o gesto patriótico do Barão de Capanema, foi que o Mi-

nistro do Império, o Barão Homem de Melo, tomou as providências tendentes à sua remoção, expedindo um Aviso ao presidente da Província, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, o qual, por sua vez, juntando cópia do mesmo, oficiava à Câmara Municipal de Cananéia, a fim de dar-lhe cumprimento.

Obtida aquela permissão, ao contrário do que afirmou Moreira de Azevedo, embora sem assistir-lhe direito algum, procurou a Câmara embaraçar, ou pelo menos demonstrar o seu desagrado pela iniciativa, aliás louvável, do Barão de Capanema, o que o levou a interessar-se, como medida conciliatória, pelo prolongamento dos fios telegráficos, da estação de Itapitanguí até à vila que, desde então, passou a gozar de tão grande benefício.

Tais fatos, que não constam de documentos, nos foram revelados pelo próprio presidente da Câmara, coronel Laurindo José de Almeida e confirmados por aquêles que trabalharam na remoção e remessa do “marco” para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

*

Revolvendo papéis avulsos existentes em caixões abandonados no Arquivo Municipal, na ânsia de encontrarmos algo sôbre o importante assunto, fomos deparar com um manuscrito que, embora sem assinatura, bem se compreendia ser de autoria do presidente da edilidade, coronel Laurindo José de Almeida, no qual se lia a seguinte e importante

Indicação.

“Indico que na acta dos trabalhos de hoje fique transcripto por extenso, a integra do Officio que o Exmo. Sr. Barão de Capanema, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, em data de 2 do mez corrente, relativo á entrega do — “marco” — que de ordem desta corporação foi remetido para a Côrte e entregue ao Instituto Historico; e que se mande lavrar um auto noticioso do embarque do mesmo — “marco” —, como parte integrante do mesmo auto de sua remoção da ponta do promontorio do Itacurussá, e que, depois de tudo transcripto no livro de registros, delle se extraião duas copias: uma para ser remettida ao Instituto Historico Brasileiro, na Côrte, por intermédio do Exmo. Snr. Conselheiro Capanema, e outra ao Exmo. Snr. Presidente da Província.

“Finalmente, que todos os officios e papeis tendentes á remoção e remessa do “marco” — sejam transcriptos na ordem de suas datas, um após d’outro, no livro de registros”.

(S. R.) Sala das Sessões da Camara Municipal de Cananéa, 25 de Outubro de 1880.

*

Devido ao desaparecimento de vários livros pertencentes ao arquivo da Câmara, nada ali conseguimos encontrar sobre o importante assunto.

Entretanto, guiados pelos dizeres, tanto do officio do Barão de Capanema como por aquella “indicação” de 25 de outubro, passamos a examinar não só alguns livros de registros, como diversos maços de papéis do Departamento do Arquivo do Estado, nos quais, felizmente, depois de pacientes e prolongadas pesquisas, fomos encontrar ainda inéditos, os preciosos documentos que se seguem e que, como se verá, esclarecem quaisquer dúvidas a respeito da retirada e remoção do marco, trazendo ao nosso conhecimento todos os atos praticados desde os entendimentos para a retirada daquele monumnto da ponta do Itacurussá, até sua entrega ao Instituto Histórico Brasileiro, como se seguem:

N.º 289 — Directoria Geral dos Telegrafos, em 9 de Agosto de 1880.

Illmo. Exmo. Snr.

Existe em frente á ilha do Bom Abrigo no termo de Cananéa, e exposto ao embate das ondas, um antigo marco de marmore, já muito deteriorado pelo tempo; constame que os tenentes do mesmo se achão no fundo do mar.

Fui informado que um Americano fora buscar essa marco, o que não realisou por estar estragado, poderá vir outro e levá-lo.

Convem salvar este marco não só da deterioração completa, mas ainda de ser tirado por curioso, ou mesmo quebrado como pedra para ser queimado como cal.

Tendo eu ali no districto telegrafico um inspector cuidadoso que dispõe de recursos para tirar o referido marco, e seus tenentes, se for possivel encontra-los, com toda a cautela, e remettido aqui para o Instituto Historico e Geografico Brasileiro, offereço-me para manda-lo buscar.

Preciso porém, que V. Exa. expeça ordem á Camara Municipal de Cananéa, para que mande assistir a tirada do referido marco, lavrando disso termo, contendo a sua descripção, indicação do lugar em que se acha, e tudo quanto a seu respeito alli consta, afim de que, por este modo, fique authenticada a sua identidade do que se remette para o Instituto.

Deos Guarde a V. Exa. — Illmo. e Exmo. Snr. Con-
selhoir Barão Homem de Mello, Ministro e Secretario de
Estado dos Negocios do Imperio.

Guilherme S. Capanema.

O Director

Manoel Jesuino Ferr.a.

Em consequência dêsse pedido, determinou o Ministro a
expedição do Aviso n. 5163, concebido nos seguintes termos:

Ministerio dos Negocios do Imperio.

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1880.

Illmo. e Exmo. Dnr.

“Haja V. Exa. de expedir ordens á Camara Municipal
do Termo de Cananéa, para que seja attendida a requisi-
ção do Director Geral dos Telegrafos, contida no officio
junto por copia, com relação á tirada de um antigo marco
de marmore, que existe em frente á ilha do Bom Abrigo.
do referido Termo.

Deus Guarde a V. Exa.

Barão Homem de Mello.

Snr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

*

Atendendo ao pedido feito por êsse Aviso, logo depois ofi-
ciava o Presidente da Provincia à Câmara Municipal de Ca-
nanéia para que lhe fôsse dado cumprimento, como se vê da
seguinte “minuta” que se encontra em um dos livros de Regis-
tros do ano de 1880, existente no Departamento do Arquivo do
Estado:

A' Camara Municipal de Cananéa.
S. Paulo, 19 de Agosto de 1880.

“Remetto a V. M.ce p.a que tenha o devido cumpri-
mento, o Aviso do Ministro do Imperio, de 11 do corr.te
junto por cópia, relativamente á requisição do Director
Geral dos Telegrafos, contida no off.o, tambem por copia”.

De acôrdo com o officio acima, tratou a Câmara de provi-
denciar a remoção e embarque, não só do “marco”, como tam-
bém de um dos “tenentes”, uma vez que o outro caíra ao mar,
não tendo sido encontrado pelos encarregados daquele trabalho.

De tudo, então, foram lavrados os competentes autos que se seguem e que constam do maço n.º 6, — Câmaras Municipais — (1878-1880), do Departamento do Arquivo:

**Auto de remoção de um “marco” na paragem chamada
“Itacurussá” como abaixo se declara.**

Aos desesseis dias do mez de Setembro do anno de mil oito centos e oitenta, neste municipio da Villa de Cananéa, provincia de S. Paulo, na ponta do espigão chamado “Itacurussá”, ahi fui vindo eu Benjamin Constante de Oliveira, em character de Secretario da Camara Municipal, Antonio José Lisboa Junior, Fiscal da mesma e Francisco Carneiro de Almeida Braga, telegraphista, empregado na estação do Itapitanguy, em cumprimento ás ordens que nos forão dadas pela Camara Municipal, segundo o Aviso do Ministerio do Imperio expedido ao Presidente da Provincia em data de onze de Agosto proximo passado, transmittido á Camara Municipal em desenove do mesmo mez, passamos a executar a remoção de um “marco” de marmore e de um dos dous “tenentes” que em tempos immemoriaes forão collocados na ponta de um dos espigões que lança a serra do “Cardoso” para o lado de Leste, conhecido pelo nome de morro de “Itacurussá” que se lança á praia do Oceano, ao sul da barra que dá transitio á navegação para o interior do municipio de Cananéa, e é propriedade de Ricardo José de Medeiros Rosa, tendo nós encontrado o dito “Marco” situado sobre a fenda de uma pedra natural que mede dous e meio metros em sua extensão, e é dominada pela dita fenda que regula oito polegadas em sua largura. Nesse “Marco” estão esculpidas salientemente as armas portuguezas, e foi elle, segundo a noticia que se colhe no Dicionario Geografico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil, collocado no referido lugar por Christovão Jacques, no anno de 1502, seculo XVI, quando navegou nesta costa.

Encontramos o mesmo “Marco” em posição voltada ou fazendo frente para a ilha chamada do “Bom Abrigo”, que fica ao sul da barra de Cananéa, e ao Oeste desta ilha está situado o promontorio denominado “Itacurussá”. Desembaraçado do lugar o “marco”, á sua frente para o lado do “Bom Abrigo”, na distancia de seis metros encontramos um dos dous “tenentes”, que estava cahido entre pedras naturaes proprias do lugar, sobre a terra firme da praia do Oceano em que descança a pedra natural que servia de base ao “Marco”.

Depois de havermos safado o mencionado “Tenente”, nos ocupamos no descobrimento do outro que, por tradição, sabe-se que alli existia, proximo ao encontrado, mas

forão baldadas todas as diligencias que empregamos para o seu descobrimento, sendo de presumir que o constante embate das ressacas do Oceano e o volver das areias, contribuirão para que elle muito se aprofundasse na terra.

Finalmente, forão condusidos o “Marco” e o “Tenente”, á pulso, até o lugar onde permittia a navegação de canôa, e ahi embarcados, forão levados ao porto da Villa de Cananéa, povoado mais proximo, e recolhidos a um armazem do negociante o cidadão — Antonio Trudes da Veiga, para tomar o destino já providenciado; e para constatar de tudo lavrou-se o presente Auto, que vai assignado depois de lido e achado conforme. Eu, Benjamin Constante de Oliveira, Secretario da Camara Municipal, encarregado da remoção do “Marco”, o escrevy e assigno com os demais companheiros do trabalho da mesma remoção.

Benjamin Constante de Oliveira

Antonio José Lisbôa Junior

Fiscal da Camara Municipal.

Francisco Carneiro de Almeida Braga
Telegraphista.

*

Outro documento, constante também do maço n.º 6, é o auto de embarque, feito a 19 de setembro do mesmo anno, pela comissão nomeada para êsse fim, e que é o que se segue:

Auto do embarque e remessa do “Marco” e um “Tenente” para a Côrte, como abaixo se declara.

Aos desenove dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e oitenta, nesta Villa de Cananéa, no porto grande (60) ahi reunidos o Presidente da Camara Municipal, o cidadão Laurindo José de Almeida, e o vereador cidadão Antonio Trudes da Veiga, providenciarão o embarque do “Marco” de marmore e de um “Tenente” a bordo do paquete nacional “Rio de Janeiro”, do qual é seu commandante o capitão de Fragata Ernesto do Prado Seixas, realisando-se o embarque no referido dia, determinou-se que fossem essas duas pedras commemorativas da antiguidade, dirigidas e entregues no Rio de Janeiro ao Excellentissimo Senhor Conselheiro Capanema, para apresenta-las no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, segundo a reclamação feita pelo mesmo Excellentissimo

(60). — Era êsse o nome do atual “Pôrto do Bacharel”.

Senhor, e Aviso que baixou o Ministro do Imperio, ao Senhor Doutor Presidente desta Provincia, em data de onze de Agosto do anno corrente, transmittido á Camara Municipal desta Villa, em desenove do dito mez.

Esse “Marco” e “Tenente”, forão aquelles que existião na ponta do morro denominado “Itacurussá”, deste municipio, que fica a Oeste da Ilha do “Bom Abrigo” ao sul da baía desta Villa, sendo que, no “Marco” existem gravadas e salientes as armas portuguezas, e elle com dous “Tenentes” forão collocadas convenientemente sobre uma pequena rocha por Christovão Jacques, quando navegou nesta costa, no anno de 1502.

Para constar o referido embarque e remessa, escrevemos o presente memorial, de ordem da Camara Municipal desta Villa, para cujo fim fomos nomeados em comissão especial, os vereadores adiante assignados, servindo de Secretario adhoc eu Joaquim Romão de Almeida, que este escrevy, e vae por nós assignado depois de lido, e achamos em tudo conforme com os factos que ficão consignados.

Vereador servindo de Secretario adhoc,
Joaquim Romão de Almeida,
Joãoquim Severo da Cunha,
Vereador.

*

A seguir, levava a Câmara Municipal ao conhecimento do Presidente da Província, as diligências procedidas, remetendo cópia dos respectivos autos, como se vê do seguinte officio:

Illmo. e Exmo. Snr.

A Camara Municipal desta Villa, honrada com o officio que V. Exa. lhe dirigio em data de 19 de Agosto proximo passado, acompanhando a copia do Aviso expedido pelo Ministerio do Imperio, n.º 5.103, de 11 daquelle mez, no sentido de ser por esta Camara attendida a requisição do Director Geral dos Telegraphos. concernente a ser removido deste Termo um antigo “Marco” de marmore, e dous tenentes, para serem remettidos ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em resposta passa a communicar a V. Exa. que forão satisfeitas essas ordens, e que da remoção d’aquellas pedras tradicionaes e de sua remessa para o lugar indicado, tendo sido lavrados dous autos, aqui inclusos, passa ás mãos de V. Exa. as cópias de taes autos, para os fins convenientes, tendo feito igual remessa ao Instituto, por intermedio do Exmo. Snr. Director Geral dos Telegraphos.

Esta Camara reitera os seus protestos de subido respeito que dedica á pessoa de V. Exa., a quem

Deus Guarde.

Salla das Sessões da Camara Municipal da Villa de Cananéa, em Sessão de 30 de Outubro de 1880.

Illmo. Exmo. Snr. Dor. Laurindo Abelardo de Brito, Dig.mo Presidente desta Provincia.

Laurindo José de Almeida
Joaquim Romão de Almeida
Antonio Trudes da Veiga
Bernardo Baptista de Paiva
Joaquim Severo da Cunha.

*

Transportados para o Rio de Janeiro e entregues ao Barão de Capanema, foram aquêles monumentos doados aos Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão honrada com a presença de S. Magestade, o Imperador, como se vê do seguinte officio transmitido ao presidente da Câmara Municipal de Cananéa.

N. 295

Directoria Geral dos Telegraphos em 2 de Outubro de 1880.

Illmo. Snr.

Accuso recebido o officio de V. Sa. de 17 do passado avisando a remessa do marco de pedra, e um dos tenentes que se achavão na ponta do Itacurussá, os quaes chegarão a salvamento e forão hontem entregues no Instituto Historico e Geographico Brasileiro em sessão honrada com a presença de S. M. o Imperador.

Rogo a V. Sa. o favor de mandar lavrar auto de remoção deste marco, data em que foi tirado, seu transporte e embarque, e descripção do lugar em que estava, posição dos tenentes, indicação do proprietario actual da ponta do Itacurussá, e população visinha.

Assim como tambem em consignar as tradições que a cerca deste marco ali existem, e de tudo rogo á V. Sa. sirva-se mandar-me copia para ser apresentada ao Instituto Historico.

Deus Guarde á V. Sa.

Illmo. Snr. Laurindo José de Almeida
Presidente da Camara Municipal de Cananéa.

Guilherme S. de Capanema.

*

Quase cinqüenta anos eram já decorridos, quando, levados por intensa curiosidade, arrostando perigos e dificuldades de tôda natureza, passamos a investigar o ponto em que, possivelmente, poderia ter desaparecido o outro “tenente”, nas imediações do alto penedo sôbre o qual havia sido colocado juntamente com o marco e com o outro tenente.

E tão pertinazes foram as nossas pesquisas, estudando velhos documentos e examinando o local e, principalmente, consultando antigos moradores das praias de Itacurussá e Ipanema, além de outras pessoas, como as que trataram da remoção do Marco e do tenente, que, depois de vários anos de trabalhos, tivemos a satisfação de ver os nossos esforços coroados de pleno êxito, quando no dia 18 de junho de 1926, conseguíamos lobrigar encravado entre enormes pedras sobrepostas umas às outras, oculto pelas areias, que mal deixavam à mostra uma pequena parte, uma pedra retangular que bem demonstrava ter sido trabalhada.

Era o precioso monumento a que se referira Varnhagen, dizendo

“tinha cahido e estava lá mui no fundo, onde o levára o rôlo do mar que o cobria, estando já sujo de ostras e sururús. Lá o deixamos em paz”.

Sim, era o “tenente” que o Barão de Capanema, no ano de 1866 não pudera retirar,

“por estar muito encravado no abysmo, onde cahira”, e que os encarregados da retirada do Marco, e a de um dos “tenentes”, declararam:

“Depois de havermos safado o mencionado “tenente”, nos ocupamos no descobrimento do outro, que, por tradição, sabe-se que alli existia, proximo ao encontrado, mas forão baldadas todas as diligencias que empregamos para o seu descobrimento, sendo de presumir que o constante embate das ressacas do Oceano e o volver das areias, contribuirão para que elle muito se aprofundasse na terra”.

Foi então que, exultantes de alegria, depois de demorado exame do local e das medidas preliminares para o afastamento dos blocos de pedras que o cercavam que, cautelosamente, pusemos mãos à obra, conseguindo, depois de grandes esforços e das constantes ameaças das ondas que, a cada passo, invadiam o recinto em que nos achávamos, retirá-lo, com o auxílio inesimável de um punhado de praianos decididos, residentes na praia de Ipanema.

E assim, com o auxílio de uma espia, foi o precioso monumento içado por sobre a própria rocha em que havia sido colocado com o Marco, e dali, cautelosamente levado até o cômodo, de onde no dia imediato era conduzido até a entrada da barra e colocado em uma canoa que o transportou para a cidade, sendo recolhido ao quartel e confiado à guarda do destacamento local.

Do seu encôntro, retirada e transporte para Cananéia, lavrou-se circunstanciado auto, que, depois de lido e por todos assinado, foi, com o “tenente” enviado ao sr. presidente da Câmara, acompanhado de um officio, como se vê do seguinte termo, extraído do respectivo livro de Atas da mesma:

Sessão Ordinaria em 18 de Setembro de 1926.

Presidencia do Sr. Fraga.

.....

Teve leitura o officio do Exmo. Snr. Dr. Antonio Paulino de Almeida, datado de 24 de Junho do corrente anno e dirigido ao Snr. Presidente desta Camara, do teor seguinte: Ilmo. Snr. Presidente da Camara Municipal de Cananéa. Collocado em commissão pelo Exmo. Snr. Dr. Bento Bueno, D. D. Secretaria da Justiça, afirm de, com mais fervor ultimar um trabalho a que o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo houve por bem denominar “Cananéa, na Lenda e na Historia”, tive a satisfação de, aqui regressando, ter sido auxiliado moral e materialmente pelo Snr. Paulo Porfirio Paiva, Prefeito Municipal, que, por conta dessa distincta edilidade, forneceu-me os meios de transporte e auxiliares, para de melhor maneira, proceder a diversas pesquisas sobre a historia de Cananéa. Assim, em companhia do Vereador Municipal Sr. Frederico Trudes da Veigá, que, seja dito de passagem, foi o meu mais abnegado companheiro em todas as occasiões, dirigimo-nos no dia 18 do corrente mes ao historico Promontorio do Itacurussá, a que Gabriel de Sousa denominou “Cabo do Padrão” pelo facto de ahi ter sido collocado um marco de pedra com a cruz e escudo de Portugal, no seculo XVI, naturalmente por Christovam Jacques. Em 1866, no desempenho de sua missão telegraphica á costa da Ilha do Cardoso, viu o Barão de Capanema encostado no Promontorio pedregoso composto de calhãos soltos sobre rocha argilosa salpicada de christaes de magnetito, um marco de marmore já bastante carcomido pelo tempo. Passando em 1865, por esse logar, um inglez ou americano tentára levar o marco, pelo que para salvá-lo officiou o Barão de Capanema ao Ministro do Imperio, pedindo-lhe

que ordenasse á municipalidade de Cananéa que autorisasse a trasladação do monumento para o Instituto Historico do Rio de Janeiro. Obtida a permissão da Camara, conduziu consigo o Barão de Capanema o padrão referido, não podendo levar um dos tenentes, por estar muito engravado, pois tinha resvalado e cahido entre as rochas. Agora, apesar dos momentos de angustias, que experimentamos, tivemos a suprema felicidade de roubarmos á ação destruidora do tempo esse tenente, que, devendo ser conservado tal qual o encontramos, isto é, sem que mãos profanas procurem renovar-o, trouxe-mol-o para esta cidade, depositando-o na casa da cadeia e exposto á curiosidade publica. Do encontro e reconhecimento lavramos um auto circunstanciado, que tenho a honra de remetter-vos para ser transcrito nos livros da Camara Municipal, a cuja guarda entrego e confio tão raro monumento da nossa historia, na certesa de que a Camara Municipal de Cananéa, saberá dar-lhe o devido destino. Hoje que a historica cidade se veste de alegrias festejando a data do seu orago, o Glorioso São João Baptista, venho com sincero desvanecimento fazer-vos esta comunicação e entrega desse bloco memoravel, associando-me ás nossas justas homenagens ao Santo Padroeiro, e á terra benfazeja em que nascemos. Creia V. Excia. na minha sincera amisade, gratidão e respeito. Atenciosas Saudações.

(a) Antonio Paulino de Almeida, Promotor Publico de Cananéa. Termo de achado e reconhecimento. Aos dezoito dias do mez de Junho do ano de mil novecentos e vinte e seis, na ponta do Promontorio do Itacurussá, municipio de Cananéa, ai presente o doutor Antonio Paulino de Almeida, Promotor Publico desta comarca, colocado em comissão pelo Exmo. Snr. Dr. Bento Bueno, Secretario da Justiça e da Segurança Publica, para o fim especial de concluir um trabalho historico sobre Cananéa, comigo Frederico Trudes da Veiga, vereador da Camara Municipal, servindo de Secretario, e os abaixo assinados, encarregados da procura da pedra denominada "Tenente", e que conjunctamente com outra igual ladeava o legendario marco do Pontal referido, após percorrerem a parte sul dos pedrões, regressaram pelo caminho do Ipanema, procurando contornar a face oriental do Promontorio, chegando pelas trezes horas precisamente, no ponto onde depararam com a pedra desejada, a qual se achava presa entre três grandes pedras, duas laterais e uma sobre-posta ao "Tenente", que tendo sido colocado em 1503 por Christovam Jacques, sobre um alto penedo, daí tombara no ano de 1866, por ocasião de ser retirada pelo Barão de Capanema, quando levou o marco e outro "Tenente". Constatada e depois examinada a referida de-

dra, com muita dificuldade foi a mesma retirada pelos presentes, e conduzida para o local onde foi a mesma fotografada, ao lado do penedo principal, ladeada pelos presentes, aí sendo deixada para ser conduzida para a cidade de onde, se aprover a Camara Municipal de Cananéia, será enviada para figurar no Museu Paulista. E' uma pedra de marmore de forma retangular, medindo de comprimento 60 centimetros com a largura de 45 centimetros e 25 de espessura, achando-se bastante estragada ou carcomida pela ação do tempo. De tudo, para constar, se lavrou este termo que vae por todos os presentes assinado, perante mim Frederico Trudes da Veiga, que o escrevi. Pontal do Itacurussá, 18 de Junho de 1926. (a) Antonio Paulino de Almeida, Pedro Paulo Lisbôa. Antonio José Cubas, Antonio Cubas Filho, Libero Hypolito Pereira, Antonio Emiliano, a rogo de Antonio Mendonça Sobrinho, Frederico Trudes da Veiga, a rogo de José Athanzio Sobrinho, Pedro Paulo Lisbôa, Frederico Trudes da Veiga.

*

Do valor e importância histórica do monumento em apreço, dizem melhor as palavras do mestre Afonso d'E. Taunay, em artigo publicado naquela ocasião, por um dos jornais desta Capital, de cujo trabalho destacamos o seguinte:

MUSEU PAULISTA.

O Marco quinhentista de Cananéia.

“Verificou-se no “hall” monumental do palácio do Ipiranga, quiçá o mais magestoso vestíbulo do Brasil, a colocação de um dos padrões que mais remotamente recordam os primeiros anos post-cabralinos. E certamente, para o nosso Estado de São Paulo, o mais velho testemunho da presença européia em terra paulista.

E' este objeto um dos marcos que, em data contravertida, e entre 1501 e 1531, foram, por uma das primeiras navegações de explorações e apossamento de nossa costa, chantados no pontal de Itacurussá, em Cananéia. Sabem todos que as antigas expedições portuguesas traziam, freqüentemente, padrões, em geral de pedra lioz, destinados a assinalar a posse portuguesa em determinados pontos salientes do litoral, quer africano quer americano.

Mais tarde, também, foram alguns outros marcos colocados em nossa costa, ao se fazer a demarcação do Brasil das capitánias.

Após o mais afanoso e pesado trabalho, auxiliado por diversos pescadores da praia de Ipanema, conseguiu o dr.

Almeida, a 18 de junho de 1926, trazê-lo à praia. A tal respeito se lavrou minucioso termo assinado pelos vereadores de Cananéia, o tabelião local e mais pessoas gradas da cidade.

Foi a pedra, jubilosamente, recolhida ao edifício da Câmara Municipal a 24 de junho, dia de São João Batista, padroeiro de Cananéia.

Passado algum tempo e ainda a instâncias do dr. Paulino de Almeida, coadjuvado pelo digno prefeito de Cananéia, sr. Paulo Porfírio Paiva, foi, pela municipalidade, oferecido o marco ao Museu Paulista.

Assim, graças ao culto espírito de brasileiro do sr. dr. Antônio Paulino de Almeida, ficou o nosso Museu aquinhoadado com um documento quinhentista da mais eloquente evocatividade. E, realmente, mau grado a divergência dos autores é indiscutível que o padrão foi chantado em terra paulista, entre 1501 e 1531. Pensam Frei Gaspar, Pôrto Seguro, Machado de Oliveira, Azevedo Marques, que êle data de 1531 e da expedição martinafonsina. Aires do Casal e Constâncio atribuem-no a Gonçalo Coelho, em 1503. Gabriel Soares opina pelo milésimo de 1526 e a expedição de Cristóvão Jacques.

Quanto a Cândido Mendes de Almeida, êste vai mais longe. Examinando os nossos documentos primevos apresenta diversos argumentos dignos de apreço, em prol da data de 1501 e da viagem exploradora de Américo Vespúcio. E Capistrano de Abreu entende que lhe cabem ponderosos motivos para assim pensar.

Seja como fôr, é indubitável que ao padrão assistem o maior valor histórico e o mais alto significado brasileiro.

Tive o ensejo de comparar um fragmento do marco do Museu com o padrão do Instituto Histórico Brasileiro e o seu tenente. Tem os três a mesma grã e são iniludivelmente da mesma pedra lioz de Lisboa.

Dada a importância do marco de Cananéia, entendi dar à sua colocação o maior destaque, no magnífico vestibulo do Museu Paulista. Assim, ao alto do primeiro lance da escadaria, e sôbre artístico pedestal de mármore, projetado pelo sr. professor Elio de Giusto, e numa base de bronze, do hábil fundidor sr. Florestano Felice, ergue-se o velho padrão quinhentista. Ladeiam-no duas pilastras onde estão colocados dois grandes vasos de bronze, supedâneos de ânforas em que se acham numa, águas misturadas do Oiapoque e do Chui e noutra do Javari e Capiberibe.

Simbolizam-se assim as duas máximas dimensões de norte a sul, pela costa, de leste e oeste, do território brasileiro.

Rápidamente se aproximando a data notabilíssima para todo o Brasil e sobretudo excepcionalmente, para São Paulo, de 22 de janeiro de 1932, quarto centenário da fundação de São Vicente, que a nação tôda deverá comemorar com quase tanta reverência quanto o quarto centenário da descoberta cabralina, tem a ereção do marco de Cananéia, além de tudo, a mais real oportunidade.

E providencialmente para o Museu Paulista.

Em 1926 resolveu o então promotor público de Cananéia, dr. Antônio Paulino de Almeida, erudito autor da **História de Cananéia**, e atualmente arquivista do Arquivo do Estado, envidar todos os esforços para recolher o marco submerso.

Estava em água profunda, mas, límpida, ao pé de enorme e elevado penedo, junto ao qual o haviam implantado os navegadores quinhentistas.

Em nosso país o mais ilustre, e o mais notável, destes padrões é o de Cabral, em Pôrto Seguro, hoje transportado para o centro da cidade baiana deste nome.

Alguns outros, muito raros, subsistem como o de Itamaracá e o do Cabo de São Roque que data de 1501.

Na costa paulista, desde o século XVIII, assinalam os documentos a presença de um marco, acompanhado de seus dois tenentes (pedras menores que a principal e geralmente não lavradas) e nas vizinhanças de Cananéia.

Era um ponto de singular importância, esta latitude de Cananéia, pois pensavam muitos cosmógrafos que ali penetrava, em terras brasileiras, o meridiano de Tordeilhas.

Diz Frei Gaspar da Madre de Deus, do marco de Cananéia:

“Depois de oculto mais de dois séculos, achou-o o Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, aos quinze de janeiro de 1767, examinando aquêlê território com o intuito de levantar uma fortaleza”.

“Tentado pela curiosidade, relata o nosso grande Varnhagem, fui em pessoa ao local, em janeiro de 1841 e não encontrei aí um só, mas três padrões”.

“Os padrões eram iguais, estavam juntos, um ao meio com os seus dois tenentes ao lado; destes, um tinha caído e estava lá mui ao fundo, onde o levava o rôlo do mar que o cobria, sendo já sujo de ostras, e sururús. Lá o deixamos em paz”.

“Lembro-me que o meu exame foi tão minucioso que até descobri as pequenas corôas que se tinham brocado, ou antes, aberto à picareta ao rochedo, a fim de poderem neste segurar, sem resvalar, os pés da cabrilha que tiveram que armar para içar aquêles. De tudo o que vimos e exa-

minamos se lavrou um auto declarando que não havia em tais padrões esculpidos nem esferas nem data como por sua conta afirmou Casal”.

Os tais padrões são de finíssimo mármore branco, verdadeiro calcáreo saccharoide”.

Aventou Varnhagen, ao Instituto Histórico Brasileiro a necessidade de recolher ao seu museu estas peças de imenso valor evocativo, que a seu ver haviam sido chantadas na costa paulista em 1531, em desacôrdo portanto com a opinião de Aires do Casal, que as datava de 1503.

Passando, em 1866, por Cananéia, o eminente diretor geral dos Telégrafos Nacionais, Barão de Capanema, foi visitar os padrões quinhentistas do pontal de Itacurussá. Anos mais tarde, em 1880, ficou muito alarmado ao saber que um navegante americano ou inglês, tentara furtar as gloriosas pedras, relatava êle ao Instituto Histórico Brasileiro. Assim pedia a seus consócios que obtivessem do govêrno imperial providências pendentes à remoção de tão preciosas relíquias para o Rio de Janeiro e a sua entrega ao Instituto. Relatou então que os padrões se erguiam na ponta de Itacurussá, fronteira à ilha do Bom Abrigo, achando-se os dois tenentes, já de longa data precipitados no mar.

Pouco depois incorporavam-se o marco e um dos seus tenentes, ao acervo do Instituto Brasileiro, conforme consta do officio do mesmo barão de Capanema ao presidente da Câmara Municipal de Cananéia, Laurindo José de Almeida, datado de 2 de outubro de 1880.

O segundo tenente não foi possível então arrancá-lo ao fundo do mar”.

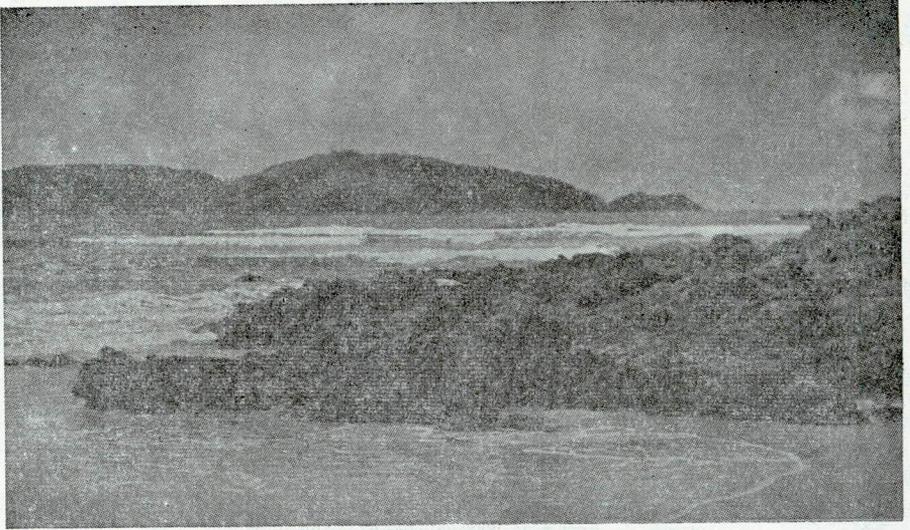


Fig. 5. — Ponta de Itacurussá na Ilha do Cardoso, vendo-se no horizonte a Ilha do Bom Abrigo.

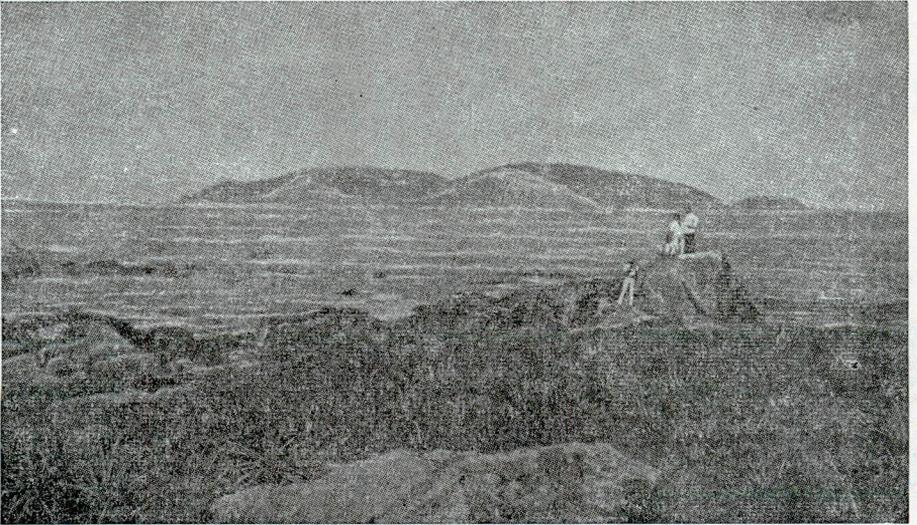


Fig. 6. — Ilha do Cardoso — Promontório de Itacurussá — Cananéia, no horizonte a Ilha do Bom Abrigo.

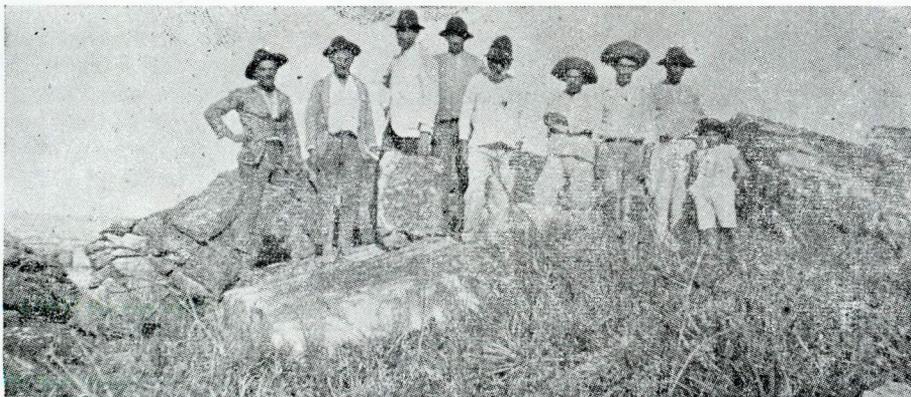


Fig. 7. — Promontório de Itacurussá — Dr. Antônio Paulino de Almeida e acompanhantes segurando a 2a. pedra testemunha ao ser retirada do mar, hoje no Museu Paulista.

Foi êsse, o que naquela tarde maravilhosa do dia 18 de junho de 1926, conseguíamos arrancar do seu esconderijo no fundo do mar, com o auxílio decidido de alguns praianos, afrontando a fúria das ondas que vinham quebrar-se contra as rochas do histórico pontal, trazendo-o para o Museu Paulista, onde felizmente se encontra.

(Continua no próximo número).

ANTÔNIO PAULINO DE ALMEIDA
da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.

